

O cartismo na Inglaterra (1830-1848)

Texto de 1985

Data	Abril de 2017
Autor	Robin Goodfellow
Versão	V 1.0

Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
1. O CONTEXTO EUROPEU	4
2. O CONTEXTO HISTÓRICO DO MOVIMENTO CARTISTA.....	7
3. A ORGANIZAÇÃO POLITICA DA BURGUESIA.....	11
4. A ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO	16
5. SUFRÁGIO, QUESTÃO SOCIAL E ANTAGONISMOS DE CLASSE.....	21
6. A NECESSIDADE DE UM PARTIDO OPERÁRIO.....	27
7. EVOLUÇÃO DO CARTISMO ATÉ 1848.....	33
8. A QUESTÃO DEMOCRÁTICA.....	42

Introdução

Com este texto continuamos a reedição de parte da série *Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana*, publicada originalmente em língua francesa em vários números de nossa revista *Communisme ou Civilisation* entre 1984 e 1994 (extinta em 1998, dando lugar ao nascimento de Robin Goodfellow), e parcialmente em 5 números de *Comunismo ou Civilização* em língua portuguesa de 1985 a 1991.¹

A série de textos que serão aqui publicados abrange o período de 1830 (com os utopistas) a 1889 (com os primórdios da IIª Internacional). O objetivo dessa reedição é duplo: de um lado, difundir em língua portuguesa textos que ficaram originalmente circunscritos a uma publicação de tiragem extremamente restrita, distribuída à época como produto de um trabalho militante; e de outro, fornecer sob uma forma sintética (embora nem sempre curta) uma recordação histórica útil, que pode servir para a formação e a informação de militantes.

O proletariado não pode dispensar o conhecimento de sua própria história como arma na sua luta contra a sociedade capitalista. Os textos procuram mostrar como o proletariado forjou o programa comunista através de suas lutas e também como tirar do passado elementos que permitirão enfrentar com mais segurança e firmeza o futuro. Isso porque, debruçar-se sobre sua própria história só tem sentido se se trata de utilizá-la para reforçar sua posição frente ao presente e ao futuro. O proletariado não examina seu passado para colecionar fatos e datas, mas defende intransigentemente seu programa tirando as lições de suas vitórias e derrotas, a fim de reforçar e de confirmar cada vez mais sua capacidade de ação revolucionária e de voltar ao assalto das cidadelas do capital munido de todas as suas armas, por mais de uma vez banhadas de sangue nos combates passados.

Robin Goodfellow – 2017

¹ Os detalhes da trajetória de nossa revista, tanto em francês como em português, assim como de nossa trajetória política, podem ser encontrados no texto *Quem é Robin Goodfellow?* em nosso site www.robingoodfellow.info ou neste blog (postagem em Janeiro de 2016).

Nessa reedição, deixamos de lado algumas partes mais detalhadas dos textos originais, sem prejuízo dos temas tratados, assim como fizemos uma revisão dos textos (falhas tipográficas, omissões, etc.).

1. O contexto europeu

O período 1815-1830 tinha-se caracterizado como um período de consolidação das relações de produção capitalistas e de calma política após a contrarrevolução de 1815. Assim, a sociedade trabalhava na generalização de suas contradições, que logo iriam recolocar frente a frente os dois velhos inimigos, burguesia e proletariado. No entanto, este último ainda não era capaz de impulsionar por si mesmo um grande movimento revolucionário e os utopistas expressavam esta fraqueza ao menosprezar o papel da ação política.

É novamente por ocasião de um movimento burguês que o proletariado vai manifestar-se em 1830, de maneira mais universal do que em 1795. Mas o principal mérito das revoluções de 1830 foi de inaugurar um ciclo de agitação revolucionária em toda a Europa, cuja expressão proletária mais pura foi o cartismo na Inglaterra e que culminou em 1848 com a nítida individualização das duas principais forças antagônicas da sociedade moderna.

Guiadas pelas duas nações que se tinham erigido em gendarmes da Europa: a mais atrasada, a Rússia, e a mais moderna, a Inglaterra, as nações da Santa Aliança, “fundada para opor-se ao espírito revolucionário do povo francês” (Engels) procuraram conjurar o espectro revolucionário e manter a Europa no estado em que se encontrava antes da epopeia napoleônica.

A Restauração pretendia recolocar em seu lugar os poderes “legítimos” isto é, reinstalar nos tronos as dinastias que haviam sido varridas pela tormenta revolucionária. Ela entendia eliminar todas as ideias herdadas deste período e, entre outras, a ideia burguesa segundo a qual cabia aos homens encontrar por si mesmos sua forma de organização política. Para os teóricos da Restauração, esta forma só podia reproduzir um modelo divino, o homem não podia perturbar a ordem das coisas e, principalmente, não podia tornar-se senhor de seu destino. No plano doutrinário, verificava-se autêntico retrocesso em relação à filosofia iluminista e a todas as teorias burguesas do direito. Donde uma tentativa completamente reacionária de congelar artificialmente o desenvolvimento social, tanto no plano interno quanto externo (Metternich), para evitar o retorno do pesadelo revolucionário. Mas o surgimento das nações modernas é uma exigência vital do modo de produção capitalista. Este só desenvolve plenamente as forças produtivas num país a partir da constituição do mercado nacional e do desaparecimento de todas as barreiras herdadas dos modos de produção anteriores. Esta destruição realiza-se ainda mais profundamente na medida em que é produto de um movimento radical, revolucionário.

Ora, nenhuma Santa-Aliança pode frear eternamente o movimento do capital e impedir que se realizem as transformações por ele exigidas. Como mostrava Engels, ou a forma do Estado é conforme ao desenvolvimento histórico exigido pela sociedade, ou ela tenta opor-se a ele. Neste último caso, ela não tem como durar, pois, de fato, é o movimento da sociedade que se impõe ao Estado e não o contrário. Ora, o período burguês moderno exige como forma de Estado a mais acabada, a República democrática. É por isso que uma vaga de revoluções democráticas burguesas ocorreu em 1830, englobando nações diretamente submetidas à Rússia (Polônia) ou à Áustria (Magiars, Itália...). Numa nação burguesa já constituída como a França, mas dominada pelo sistema reacionário da Restauração, o movimento propiciou à burguesia a retomada de suas reivindicações democráticas, tarefa na qual foi amparada, novamente, pelo proletariado.

Ao recolocar no trono um membro da família dos Bourbons, a Restauração na França esperava bloquear o movimento de modernização impulsionado pela revolução e depois por Napoleão. A carta de 1814 consagrava o poder da aristocracia e de uma parte da alta burguesia financeira. Calçado no modelo inglês, o sistema deixa de lado a massa da burguesia e da pequena burguesia. Durante toda a década de 1820-1830, essas classes desenvolvem uma oposição liberal, reclamando o reconhecimento do poder político para o conjunto da burguesia. Face à influência crescente dessa corrente, o poder real toma a iniciativa e emite despachos visando decapitar o movimento de oposição burguesa (suspensão da liberdade de imprensa, dissolução da Câmara, revisão – num sentido mais restritivo – da lei eleitoral, convocação de novas eleições). A alma burguesa do movimento de 1830 não tinha como levá-lo além de uma simples reorganização política, de uma mudança de pessoal dirigente e de uma ampliação da representação política da burguesia, num sentido mais conforme aos interesses do capital. Mas, mesmo para um objetivo tão limitado, a burguesia precisava da massa do proletariado para impor-se. É por isso que os fabricantes e empreendedores burgueses fecharam as oficinas para jogar os proletários na rua como massa de pressão.

O que não tinham previsto é que a rua é o terreno do proletariado, assim como os bancos da Assembleia constituem o terreno da burguesia. O proletariado respondeu a este desemprego forçado (atribuído aos Bourbons) com a agitação e colocou-se imediatamente no polo extremo do movimento exigindo a República. Toda a essência burguesa do movimento apareceu então, na medida em que a organização do poder político foi discutida nos salões do banqueiro Lafitte com todas as frações da classe dominante unindo-se no seguinte ponto: impedir a formação da república, desviar o proletariado de suas ambições revolucionárias, evitar o desenvolvimento de uma revolução.

Se, em 1830, o proletariado não foi capaz de ir além da agitação imediata e de colocar suas próprias reivindicações, sua intervenção não deixa de prefigurar a polarização dos antagonismos sociais que ocorrerá em 1848. De um lado, um proletariado que a burguesia procura utilizar da melhor maneira possível como massa de manobra e que manifesta seu ser revolucionário levando o combate além de seus limites burgueses; de outro, uma burguesia que deve aprender a manobrar entre uma aristocracia, da qual ela procura arrancar uma maior parte do poder político, e um proletariado que, uma vez posto em movimento, pode tudo arrastar na sua passagem, inclusive a própria dominação burguesa. Entre eles, uma pequena burguesia que se manifesta por um discurso radical, mas que raramente o concretiza e que tanto pode pender para o proletariado como para a burguesia, dependendo de quem se mostrar mais forte durante a luta. Todos esses componentes estarão presentes em 1848, mas desta vez a luta culminará numa oposição direta entre proletariado e burguesia.

No intervalo (1830-1848), verifica-se uma fase de recomposição da classe proletária, e isso em escala internacional. No continente, a revolução de 1830 tinha rompido o grilhão no qual a Restauração procurava congelar o movimento social. O resultado foi um recrudescimento da agitação política, não apenas na burguesia, até fevereiro de 1848 na França e março de 1848 na Alemanha, mas também no proletariado que, ao mesmo tempo em que retomava a agitação social, procurava ligar-se novamente com sua experiência revolucionária passada, reapropriando-se da experiência de Babeuf e dos revolucionários de 1793.

Simultaneamente, a expansão do MPC no continente acarretava o crescimento do campo de ação do proletariado, na medida em que revoluções burguesas, ou tentativas de revoluções burguesas colocavam na ordem do dia a realização do terreno no qual o proletariado pode levar a bom termo sua luta de classes: a república burguesa democrática. Os anos 1830 conheceram, além da

revolução na França, uma campanha de agitação burguesa na Alemanha, que levou certos Estados a outorgarem constituições, porém sem resolver a questão da unidade alemã que ia se colocar com nitidez em 1848; uma revolução nacional na Bélgica, pelo reconhecimento da independência nacional em relação à Holanda; na Polônia, uma revolução de caráter nacional dirigida por uma oposição liberal cuja fração mais “jacobina” forma sociedades secretas já bastante ativas desde a década anterior e que desembocarão mais tarde no movimento revolucionário burguês de Garibaldi. Todos esses acontecimentos nada mais eram do que os sinais precursores da “primavera dos povos” de 1848, durante a qual, na agitação das revoluções burguesas derrubando os altares do absolutismo, o proletariado saberá fazer ouvir o possante apelo da revolução social. Ao mesmo tempo, na Inglaterra, esfera mais avançada do modo de produção capitalista, o proletariado efetuava sua primeira grande tentativa de organização em classe e, portanto, em partido político: o cartismo.

2. O contexto histórico do movimento cartista

O período 1830-1848 e a vaga revolucionária que lhe segue constituem uma época charneira, separando entre eles dois grandes momentos da história do proletariado: o primeiro, em que a classe operária estava mobilizada a reboque dos interesses burgueses, intervindo para obrigar a burguesia a cumprir até o fim seu ciclo revolucionário; o segundo – que é confirmado, em escala europeia, pela ruptura violenta de 1848 –, em que o proletariado põe-se em movimento pelos seus próprios objetivos enfrentando a burguesia, identificada definitivamente como inimigo histórico.

A área inglesa, onde se realiza mais cedo a implantação e o acabamento das relações de produção capitalistas modernas, igualmente conhece este movimento. Na verdade, aqui, tal movimento é um pouco antecipado, pois de 1836 a 1848 realiza-se uma agitação burguesa e proletária, que se soldará a partir de 1842 pela ruptura entre os dois campos.

O movimento cartista também desempenha um papel de charneira, pois integra, ao longo de toda sua trajetória, as duas fases: uma na qual o proletariado e a burguesia ainda lutam lado a lado; outra, na qual o proletariado luta sozinho contra todos seus inimigos, inclusive a burguesia. Toda a história do movimento cartista é a história através da qual a classe operária desvencilha-se dos interesses burgueses, afirma seus interesses próprios e constitui-se, a partir desta base, em classe e, portanto, em partido político distinto.

É a primeira vez que o proletariado moderno intervém como força social maciçamente mobilizada pelos seus próprios interesses. O cartismo inaugura, portanto, o ciclo puramente proletário que se estabelecerá após 1848. Mas ele apenas o inaugura pois, para que o proletariado possa agir à altura de sua tarefa histórica, é necessário que ele tenha formulado seu programa. E isso o cartismo, por si só, não podia fornecer-lhe. Ele poderia apenas fornecer um dos elementos, cuja síntese, efetuada na aurora da vaga revolucionária, desembocaria no programa comunista.

No período 1830-1848 desenrola-se na Inglaterra um certo número de movimentos políticos e sociais, que se combinam uns aos outros segundo o interesse dos diferentes atores.

Tem-se:

- os movimentos sociais do proletariado: luta pela redução da jornada de trabalho (*Bill – Projeto de Lei - das 10 horas*); luta contra a nova lei sobre os pobres que institui as “workhouses”, verdadeiras bastilhas para os desempregados e todas as vítimas da acumulação do capital; lutas sindicais pelos salários, etc. ..
- as reivindicações da burguesia liberal por uma ampliação da representação política e uma reforma do sistema *parlamentar* (Reforma Bill);
- a luta da burguesia industrial contra a classe dos proprietários fundiários, que se traduz por:
 - ✓ reivindicações para a abolição das leis sobre os cereais (sistema protecionista que mantinha artificialmente elevado o preço dos cereais na Inglaterra e fortificava a posição social dos proprietários fundiários);
 - ✓ em contrapartida, as campanhas conduzidas pelos proprietários fundiários contra a “selvageria” do desenvolvimento industrial e sua “ajuda” levada ao proletariado

(considerando-o como simples instrumento de vingança contra a burguesia), para a obtenção de suas reivindicações – por exemplo, a jornada de 10 horas –, esperando com isso frear o desenvolvimento do MPC.

- Enfim, o movimento pelo sufrágio universal, ou seja, pela Carta do Povo (People's Charter), que reagrupa o proletariado, a pequena burguesia radical e a fração industrial das classes burguesas frustradas pela reforma eleitoral de 1832. Sob a palavra de ordem comum do “sufrágio universal”, cada uma dessas frações defende de fato seu interesse de classe: a burguesia industrial visa apenas dotar-se de uma parte do poder político, esfera da qual está excluída; a pequena burguesia radical reclama uma maior igualdade política e social; o proletariado, enfim, reclama o exercício do poder político, que o sufrágio universal lhe traria nas condições sociais da Inglaterra de então ², e a satisfação de todas as suas reivindicações, tanto políticas como sociais.

O cartismo encontrará em seu caminho, um por um, todos estes movimentos. Com alguns, ele deverá compor-se; com outros, ao contrário, ele deverá demarcar-se nitidamente para afirmar sua identidade própria.

Se ainda restava, na área inglesa, a possibilidade no primeiro terço do século 19 de uma aliança entre burguesia e proletariado, na questão do sufrágio universal, é que este país ainda não tinha conseguido dotar-se das instituições políticas adequadas às novas relações sociais herdadas da grande revolução inglesa, problema que o acesso à fase de submissão real do trabalho ao capital³ colocava de maneira ainda mais crucial. Uma vez derrubada a república de Cromwell, estabeleceu-se uma espécie de compromisso (1689), reação provocada pelo “excesso de atividade revolucionária” (Engels) da massa plebeia, entre a nobreza e a burguesia (essencialmente sua fração financeira), compromisso que impedirá a generalização das instituições políticas burguesas e o reino sem divisão da burguesia.

Seguiu-se, sob a impulsão da passagem à fase de submissão real do trabalho ao capital, no final do século XVIII e no início do século XIX, uma agitação burguesa pela reforma da lei eleitoral.

² Onde o proletariado por si só já formava quase dois terços da população, concentrada nas cidades.

³ (Nota de 2017) À época do texto original ainda estávamos prisioneiros da herança de uma série de posições de correntes da ultra-esquerda que designavam, e ainda continuam designando embora de maneira cada vez mais degenerada, a eclosão da guerra de 1914 e a derrocada da IIª Internacional como um ponto de ruptura entre dois períodos históricos distintos do capital, interpretado de modo não dialético como: fase ascendente/fase decadente, ou fase de concorrência/fase de monopólio, ou mesmo fase de submissão formal/fase de submissão real do capital. Essas correntes, ao justificar suas análises desse pretenso corte, viam uma mudança nos conceitos próprios do marxismo sobre as questões nacional, sindical, parlamentar e democrática. Como consequência, as posições de Marx e Engels sobre essas questões deviam ser relativizadas ou mesmo abandonadas, uma vez que foram enunciadas na fase ascendente/de concorrência/de submissão formal.

O resultado de nossos trabalhos desenvolvidos posteriormente mostrou-nos a imbecilidade das tentativas de substituir a análise de Marx e Engels por certo ritmo da história que mostraria que suas posições defendidas à época deviam ser abandonadas. Os trabalhos nos mostraram claramente que a forma moderna do modo de produção capitalista não data de 1914, mas de 1825 com as primeiras grandes crises de superprodução. Consequentemente, todas as posições expressas por Marx e Engels a partir de 1848, e mantidas integralmente até suas mortes, são válidas hoje, pois dizem respeito ao modo de produção capitalista moderno (grande indústria e produção da mais-valia relativa). Em outras palavras, Marx e Engels viveram na forma moderna do modo de produção capitalista!

Em suma, apesar de nossos trabalhos partirem, desde o início, de posições teóricas distintas das demais correntes da ultra-esquerda, continuávamos engessados pela periodização resultante das análises da IIIª Internacional, em que todas determinavam um ponto de ruptura entre dois períodos distintos do capital. De fato existe em Marx uma forma de periodização do capital entre a época manufatureira e a da grande indústria. Na primeira o trabalho é submetido formalmente ao capital, isto é, nela o processo de trabalho é herdado de antigos modos de produção; na segunda, o trabalho é realmente submetido ao capital, como resultado do surgimento de uma tecnologia especificamente capitalista – o maquinismo –, que se estabelece no final do século XVIII e não no início do século XXI! A segunda emerge dialeticamente da primeira e não constitui uma “fase” distinta. No original em alemão Marx jamais empregou o termo “fase”, o qual foi introduzido em subtítulos adicionados na primeira tradução francesa do Capítulo Inédito do Capital sem qualquer correspondência no original em alemão, e que acabou reforçando a ruptura evocada pela ultra-esquerda. Finalmente, para sermos coerentes, a tradução dos termos empregados por Marx é: “subordinação (subsunção) formal do trabalho ao (sob o) capital” e “subordinação (subsunção) real do trabalho ao (sob o) capital”.

Como mostram igualmente os episódios francês e alemão, o proletariado não pode estar indiferente a essa luta pela forma do Estado, na medida em que a conquista da democracia política (república democrática) significa a conquista do terreno de luta, onde seus interesses de classe poderão exprimir-se livremente e onde se travará o combate decisivo entre proletariado e burguesia.

“Se ela é a forma acabada de dominação da burguesia, a república moderna é, ao mesmo tempo, a forma de Estado na qual a luta de classes desembaraça-se de seus últimos entraves e onde se prepara seu terreno de luta. Precisamente, a república moderna nada mais é do que este terreno de luta (...), nada mais que o terreno aplainado para a última grande luta de classe histórica do mundo. Eis precisamente sua formidável amplitude.”
(Engels – A República na Espanha – 1873)

É, portanto, enquanto classe mobilizada, lutando por objetivos comuns, que o proletariado participará das grandes lutas políticas pelo sufrágio universal em 1790, 1819 e 1830. Mas a própria dinâmica deste movimento conduzirá o proletariado a formular sua própria versão do sufrágio universal: este somente pode ser um meio político para a realização de seus objetivos sociais. A definição desses objetivos, o reagrupamento da classe proletária em torno de seus objetivos históricos, a constituição do proletariado em classe e, portanto, em partido político distinto, serão os resultados do grande movimento cartista que se desenvolve na Inglaterra de 1836 a 1848.

Mesmo se o resultado político do compromisso de 1689 foi o de frear a revolução radical e equilibrar o poder da burguesia ascendente e o da nobreza, ele estava longe de ter provocado um enfraquecimento do desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Ao contrário, sufocados os elementos plebeus e revolucionários, e obtida a “paz social”, ele permitiu à burguesia prosseguir o processo de concentração dos meios de produção, de subsistência e de troca, e, aos novos proprietários fundiários, surgidos principalmente a partir da época de Henry VIII (venda das terras da Igreja, etc.), beneficiar-se do aumento da renda. A aristocracia fundiária, em vias de modernização, negociou a garantia de seus interesses de classe com a burguesia ascendente, cujos interesses econômicos exigiam o prosseguimento do processo de expropriação dos homens, a criação de um proletariado “sem fogo nem lugar”.

Se já nesta época havia inadequação entre desenvolvimento econômico e organização política da sociedade, a situação só poderia piorar com a passagem à fase de submissão real, que vê aumentar o peso social da classe capitalista.

A invenção das máquinas-ferramentas e das máquinas motrizes no final do século XVIII, e sua aplicação sistemática na indústria a partir do início do século XIX, permitiu a passagem numa escala maior da manufatura à grande indústria: a Inglaterra é o primeiro país a conhecer a passagem à fase de submissão real do trabalho ao capital e, portanto, a ver generalizarem-se as condições materiais da sociedade comunista. Este processo implicava uma proletarização violenta das massas inglesas, da qual Engels tornou-se o denunciador desde os anos 1844. Por volta da metade do século XIX a Inglaterra era um país de população majoritariamente operária e cidadina.

Mas isso também implicava, assim como na França e, em seguida na Alemanha, que a questão da redistribuição do poder político, que não aconteceu após a frenagem da revolução burguesa radical, ressurgisse com muito mais violência, uma vez que na realidade social a burguesia industrial adquiria um lugar preponderante no interior das classes dominantes.

Donde, para ela, a necessidade absoluta de por um fim a seu isolamento frente à *Gemeinwesen* (comunidade) política, de conquistar uma representação política conforme a seus interesses de classe, dentro do Parlamento e do aparelho de Estado.

Para isso, a burguesia industrial estava pronta para mobilizar o proletariado. Mas o proletariado inglês dos anos 1820-1830 não era um recém-nascido na luta social e política. Ele já havia começado a formar-se, por si mesmo, na rude escola das *Trade-Unions* (sindicatos) e, em seguida, na escola de guerra das greves. Vivendo no interior das relações de produção capitalistas mais avançadas, ele reagia lá onde era imediatamente atacado: no terreno do trabalho assalariado. É isto que leva a teoria comunista a caracterizar o proletariado inglês desta época como mais “pragmático” em relação ao francês e ao alemão.

“Os operários devem protestar contra isso enquanto não tenham perdido todo o sentimento humano, e, se eles protestam desta maneira e não de outra, é porque são ingleses, isto é, pessoas práticas que apoiam seu protesto por um ato e não como fazem os teóricos alemães, que vão tranquilamente dormir logo que seu protesto é devidamente registrado “ad acta”, para aí também irem dormir o mesmo sono tranquilo daqueles que protestam.” (Engels. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra)

Em relação ao proletariado francês que trava inicialmente a luta no terreno político, para chegar em seguida a colocar a “questão social”, o proletariado inglês situa-se de chofre no terreno social e jamais fará do sufrágio universal um objetivo em-si, mas sempre um meio de sua emancipação social.

3. A organização política da burguesia

Em 1829-1830, a burguesia industrial cria diversas “Uniãoes Políticas” (*Political Unions*) que reivindicam o sufrágio universal e buscam a adesão da classe mais interessada nesta reivindicação: o proletariado. As uniões políticas agitam a velha bandeira da reforma eleitoral, reivindicada desde os movimentos de 1790 e que deveria permitir ao Parlamento refletir mais fielmente a relação de forças real do país: eliminação dos “burgos apodrecidos”⁴, redução do censo, luta contra a corrupção, etc.

A burguesia, portanto, principiava de maneira decidida a luta contra a classe dos proprietários fundiários, e sua fração mais radical atacava igualmente as despesas improdutivas da administração e as leis sobre os cereais (*Corn Laws*). Em 1829 cria-se a *Birmingham Political Union* (BPU), que desempenhará um papel-chave no movimento.

Em 1831 funda-se a *National Political Union* (NPU), com Atwood (banqueiro em Birmingham) e Place na sua direção. Seu objetivo era o de coordenar a mobilização das *Political Unions* para o apoio ao *Reform Bill* (Projeto de Lei da Reforma) que devia ser apresentado à Câmara dos Comuns por Lord John Russel (um *Whig*⁵). É, portanto, a burguesia industrial que tomava a iniciativa política, utilizando o proletariado como massa de manobra para forçar o Parlamento a reconhecer sua própria potência econômica e social.

“Nenhuma inovação importante, nenhuma medida decisiva jamais foi realizada neste país sem uma pressão do exterior (*pressure from without*). Tanto a oposição tinha necessidade de tal pressão contra o governo, como este dela tinha necessidade contra a oposição. Por “*pressure from without*”, o inglês designa as grandes demonstrações populares extraparlamentares, que naturalmente não podiam ser encenadas sem a ativa participação da classe operária. Pitt soube utilizar as massas contra os *Whigs* na sua guerra anti-jacobina. A emancipação católica, o *Reform Bill*, a abolição das *Corn Laws*, o *Bill* das 10 horas (...), foram todos o fruto de turbulentas manifestações extraparlamentares, nas quais a classe operária, às vezes atuando espontaneamente, ora como *dramatis persona* (ator do drama), ora como coro, desempenhava o papel principal, ou, se as circunstâncias assim o exigiam, a parte ruidosa.” (Marx, *Die Presse*, 2.02.1862)

Aqui, no início deste movimento pelo sufrágio universal, o proletariado – assim como a pequena-burguesia – formava o coro e desempenhava o papel de “parte ruidosa”. A partir de então este “coro” viveria sua vida própria, como testemunha o desenvolvimento de uma imprensa radical bastante ativa (por exemplo, o “*Poor Man’s Guardian*” de Hetherington e O’Brien), e a difusão de brochuras dedicadas aos trabalhos socialistas de inspiração ricardiana de Gray, Hodgskin, etc.

Em 1831 ocorre a fundação da *National Union of Working Class and Others* (NUWC: União Nacional da Classe Operária e Outras), à frente da qual encontram-se Lovett e Hetherington,

⁴ Chama-se de “burgos apodrecidos” (*rotten boroughs*), as localidades de menor importância, semidesertas, que possuíam um representante no Parlamento, sistema que permitia todas as manobras possíveis. Em contrapartida, cidades manufatureiras e comerciais da importância de Birmingham, Manchester e Leeds não tinham representantes.

⁵ Depois da metade do século XVII, designa-se por *Whigs* e *Tories* na Inglaterra, duas frações da alta burguesia e da aristocracia fundiária que partilham alternadamente o poder. Os *Whigs* formam uma fração mais liberal da alta burguesia, anti-absolutista, e que reclama reformas no momento da revolução francesa. Os *Tories* encarnam a fração tradicionalista da alta burguesia e da aristocracia fundiária, violentamente hostil a qualquer reforma que seja. Diante da burguesia industrial, excluída do poder político, os *Whigs* são os mais inclinados às reformas, pois temem uma revolução social.

ambos operários qualificados e que desempenharão – principalmente Lovett – um papel importante no desenvolvimento do cartismo.

A NUWC emergiu do interior das associações cooperativas que seguiam as ideias de Owen e lutavam pelo direito do trabalhador à integralidade do produto de seu trabalho. Mas Lovett e seus companheiros divergiam do mestre na medida em que se engajavam na luta política, lutando pelo sufrágio universal como meio para realizar reformas. Para eles, o acesso ao Parlamento significaria um passo decisivo para a transformação pacífica da sociedade, para a implantação pacífica da sociedade das “classes industriais” (“*industrious classes*”), que incluíam, segundo eles, o proletariado e a burguesia industrial).

O programa da NUWC⁶ apoiava-se na tradição do Partido Democrata inglês. Tradição que influenciava cada vez mais o proletariado.

Engels assim lembrava a trajetória deste partido:

“O partido democrático formou-se paralelamente à revolução industrial. Em 1769, J. Horne Tooke fundou a *Society of the Bill of Rights*, na qual discutiu-se, logo de início, os princípios democráticos numa visão republicana. Como na França, os democratas eram unicamente pessoas que tinham uma formação filosófica. Mas rapidamente perceberam que as classes superiores e médias lhes eram hostis e que suas ideias somente encontravam eco nas classes trabalhadoras. Entre estas últimas, cedo eles fundaram encontraram um partido que, por volta de 1794, já era relativamente forte, embora não muito, mas forte o bastante para poder agir de outro modo do que por golpes. Não se teve dele mais notícias entre 1797 e 1816; ao longo dos anos agitados de 1816 a 1823 ele tornou-se ativo, mas sucumbiu na letargia até a revolução de julho de 1830. Desde então, conservou sua importância ao lado dos velhos partidos e progrediu regularmente.” (Engels. A Situação Inglesa. Vorwärts! 11.09.1844)

Entretanto, a maioria *Tory* recusa-se a reformar o sistema eleitoral que protege seus interesses econômicos e mantém o poder político entre suas mãos, se bem que alguns *Tories* “esclarecidos” (Peel, etc.) reconheçam que seria necessário negociar com a burguesia industrial, considerando a ameaça de uma revolução social. De outro lado, os Whigs, que estavam afastados do poder depois de 50 anos, esperavam que uma reforma parlamentar poderia lhes entregar novamente o poder do Estado e possuíam, ao mesmo tempo, a consciência de que se não obtivessem esta reforma negociada com a burguesia industrial, a agitação desencadeada pela própria burguesia, em conjunção com as repercussões dos acontecimentos revolucionários do continente, acabaria por escapar de seu controle e voltar-se contra ela própria.

O conteúdo do “*Great Reform Bill*” apresentado por Lord John Russel na Câmara dos Comuns, em 1831, era o seguinte: supressão dos “burgos apodrecidos”, diminuição da metade das representações de circunscrições de pouco peso econômico (os assentos assim recuperados eram distribuídos pelas cidades industriais importantes) e o voto censitário.

⁶ O “*Poor Man’s Guardian*” resumia assim este programa: “Destruição da aristocracia monstruosa; estabelecimento de uma República, isto é, de uma democracia com representantes eleitos pelo sufrágio universal; suspensão dos cargos, títulos e distinções hereditários; abolição do direito de morgadio, injusto e contra a natureza; distribuição por igual da propriedade entre todas as crianças; administração rápida e a baixo custo da justiça; abolição das *Game Laws* (leis sobre a caça); abolição das taxas diabólicas sobre os jornais, os almanaques e outras fontes de informação; emancipação de nossos judeus concidadãos; introdução das *Poor Laws* (leis sobre os pobres) na Irlanda; abolição da pena de morte para as ofensas contra propriedade; utilização dos rendimentos dos “pais de Deus”, os bispos, para o bem-estar dos pobres: abolição de suas seitas, a dívida pública não deve ser a da Nação; demissão da máquina do despotismo: o exército; criação da Guarda Nacional.”

Esta fórmula de compromisso deu à burguesia uma forte posição no Parlamento, o que era o meio mais seguro de eliminar os Tories do poder mas, ao mesmo tempo, mantinha o princípio da ligação do voto à propriedade privada, freando assim o desenvolvimento de um curso verdadeiramente revolucionário que poderia fazer surgir, por detrás da forma política, o conteúdo social: o proletariado.

Mas, tendo os Tories rejeitado o projeto de lei, a NPU desencadeia enormes manifestações mobilizando o proletariado. Na NUWC, Benbow propõe a greve geral (*Grand National Holiday*) e um congresso das classes produtivas. O “*Poor Man’s Guardian*” publica conselhos técnicos para as batalhas de rua e métodos para construir barricadas. Sob esta intensa “pressão do exterior”, o gabinete Tory se demite e o partido Whig chega ao poder. O *Reform Bill* é finalmente votado em abril de 1832.

Em virtude de seu caráter limitado, a NUWC denuncia a traição da burguesia e tenta bloquear o *Reform Bill* censitário para obrigar a burguesia industrial a combater pelo sufrágio universal. Convoca as massas do proletariado e da pequena-burguesia democrática para comícios e utiliza a enorme influência do “*Poor Man’s Guardian*.”

Este último escreve em 11.04.1832: “você morrerão de fome aos milhares se este *Bill* for aprovado e vocês serão jogados ao estrume ou à terra, nus, como cães.”

Ao final de 1832, a NUWC convoca uma convenção nacional para deliberar sobre as medidas a serem tomadas contra o *Reform Bill*, convenção que é brutalmente dispersa pelo exército.

O *Reform Bill* de 1832 estabelecia, por conseguinte, um novo compromisso entre as classes dominantes, promulgando um sufrágio censitário favorável à burguesia e aos proprietários fundiários dirigido contra o proletariado (e a pequena-burguesia). Por medo do proletariado, a burguesia industrial negociou com os Whigs e freou o curso de uma revolução radical que ela própria havia contribuído para detonar. Mobilizada para obter uma maior parcela do poder político, a burguesia industrial obteve dos Whigs esta participação em troca de deixá-los, de imediato, com o controle do governo. Os diversos componentes das classes dominantes tendiam, portanto, a se unificarem no seio do aparelho do Estado contra o proletariado.

“Este *Bill* que ele (Lord John Russel – NdR) continua exibindo com o objetivo de receber a admiração do mundo em geral, e a gratidão da nação inglesa em particular, ele não tem nem mesmo o mérito de ser seu autor. Nos seus principais pontos – o remanejamento dos burgos eleitores, a adição dos membros do campo, a admissão dos arrendatários e locatários, e de algumas principais cidades comerciais-chaves -, ele os copiou do *Reform Bill* que Lord John Gray (o chefe do ministério da Reforma em 1831) havia proposto à Câmara dos Comuns há muito tempo, em 1797 (...). Era o mesmo *Bill*, com pequenas modificações. A eliminação de Wellington, que se declarou contra a Reforma; a revolução francesa de Julho; as ameaçadoras Uniões Políticas formadas pela burguesia (Middle Class) e o proletariado em Birmingham, Manchester, Londres e várias localidades; a guerra rural; as fogueiras acesas em todos os mais férteis condados da Inglaterra (“Das fogueiras nasce a Reforma”, disse um célebre autor). Todas essas circunstâncias obrigaram realmente os Whigs a proporem certas medidas de reforma. Era seu único meio de apossar-se do gabinete. Eles o fizeram de má vontade, lentamente e após numerosos mas vãos esforços para escamotear as únicas cláusulas liberais de sua própria medida, depois para abandoná-la totalmente e para manter seus lugares através de um compromisso com os Tories. Mas, tão logo o *Reform Bill* tornou-se lei e começou a funcionar, para citar as palavras de Mr. Bright, é que “o povo começou a perceber que ele havia sido enganado”.

Talvez, nunca um movimento popular tão potente e, segundo todas as aparências, cheio de sucesso desembocou num resultado tão irrisório. Não apenas as classes operárias estavam excluídas de qualquer influência política, mas a própria burguesia que Lord Althrop, a alma do gabinete da reforma, não havia utilizado uma simples figura de retórica quando disse a seus adversários Tories que “o *Reform Bill* era o ato mais aristocrático jamais oferecido à nação”.” (Marx. Lord John Russel. New York Daily Tribune 28.8.1855)

Nessas circunstâncias, a burguesia industrial se dá por satisfeita pelo acesso à representação política e abandona toda aparência de luta pelo sufrágio universal. Preocupada em proteger seus interesses de classe, ela exige do Estado a manutenção da “ordem pública” para que o capital possa prosseguir seu caminho sem entraves. Em 1834 há uma vigorosa retomada do ciclo do capital, desencadeando uma fase de prosperidade, que contribui de maneira decisiva, ao lado das ações repressivas do Estado, para sufocar as últimas agitações populares e provocar o desaparecimento da NUWC e de outras organizações radicais compostas majoritariamente por operários. O *Poor Man's Guardian* desaparece em 1835.

A obtenção do *Reform Bill* obrigou a burguesia a adiar algumas de suas reivindicações econômicas como a abolição das leis sobre os cereais, que entrava em violenta contradição com os interesses dos proprietários fundiários. Mas, apesar de tudo, ela era obrigada a se contentar com o *Reform Bill*, por medo do proletariado. Este último, traído pela burguesia, devia assegurar por si próprio a defesa de seus interesses de classe.

Se durante a agitação pelo *Reform Bill*, o proletariado inglês desempenhou o papel de coro e a burguesia a de *dramatis persona*, a partir de então a situação histórica impunha ao proletariado a necessidade de aprender a agir por si mesmo como *dramatis persona*, ator autônomo do drama, e que poderia expressar em alto e bom som seus interesses de classe, totalmente opostos aos da classe burguesa.

Ora, apesar do estágio avançado das relações capitalistas de produção, uma tal cristalização das relações de classes não se produziu em seguida à obtenção do *Reform Bill*. O proletariado ainda tinha que lutar para a obtenção de seu terreno de luta e a burguesia industrial ainda tinha a necessidade de arregimentar o proletariado para utilizá-lo como massa de manobra contra seu outro grande inimigo: a propriedade fundiária.

Após 1832, os dois campos se reforçam e assiste-se a algumas provas de força entre burguesia e proletariado.

Em 1833, ocorre um grande movimento pela limitação da jornada de trabalho (luta pelo *Bill* das 10 horas) e pela reforma da legislação de fábrica. Em 1834, em pleno período de prosperidade, a burguesia mostra sua força aprovando o *Poor Law Amendment Act*, também chamado de *New Poor Law* (Nova Lei sobre os Pobres), que instituía as “casas de trabalho” (*workhouses*), verdadeiras bastilhas onde eram reagrupados os sem-trabalho e os miseráveis, e a respeito das quais Marx pôde dizer que eram “as prisões disciplinares de forçados reaparecendo em plena civilização (...), a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização” (cf. “Salário”, 1847). No lugar da antiga “ajuda direta” fornecida diretamente pelas paróquias a “seus” indigentes, reagrupavam-se os expropriados, os estropiados, os sem-trabalho das mais diferentes regiões do país, nas prisões centrais onde o trabalho era obrigatório: as *workhouses*. O desenvolvimento do capital exige de maneira crescente que o parlamento e a administração do Estado lhe sejam submetidos e, dialeticamente, que o proletariado e o resto da população se submetam à sua lei implacável.

Torna-se necessário utilizar o aparelho de Estado contra todas as tentativas de organização operária: aumento da repressão contra as *Trade-Unions* (apesar da lei de 1824), leis contra a liberdade de imprensa, contra o direito de associação e de reunião, etc.

Produz-se durante todo esse período um vasto movimento contra a *New Poor Law*, que afeta sobretudo a região norte, industrial, e que se radicaliza com a crise de 1837. Este movimento atrai certos “Tories radicais”, como Oastler, que aí veem uma excelente ocasião para abrir fogo contra o poder crescente da burguesia industrial e também de antigas figuras da NUWC.⁷ Ao lado deles, pastores metodistas, como STEPHENS, pregavam violentos sermões de caráter milenarista contra a “lei maldita”, que eletrizavam os operários.

É neste contexto, e paralelamente a este movimento, que se reconstitui através do país, principalmente no norte industrial, a rede de organizações da época do *Reform Bill*, cuja base social é formada pela camada inferior da burguesia (burgueses radicais), a pequena-burguesia e o proletariado, que exigem uma reforma parlamentar radical. Do lado dos radicais burgueses, a *Birmingham Political Union* (BPU), reativada, reivindica o “sufrágio doméstico” (*household suffrage*) e não o sufrágio universal, sem tomar partido quanto às reivindicações fundamentais do proletariado, o qual ela não consegue mobilizar.

⁷ Inclusive Feargus O'Connor. Este, apesar de sua desmesurada ambição e de suas concepções atrasadas a respeito do papel histórico do proletariado e de sua ação no curso revolucionário que se reabria, tornou-se o principal porta-voz político do movimento contra a *New Poor Law*, pois exprimia, mesmo que de maneira ambígua, a dinâmica da violência do movimento do proletariado contra o capital. Em 1837 ele funda o hebdomadário *Northern Star*, órgão dos movimentos contra a *New Poor Law* e pelo *Bill* das 10 horas, que era amplamente difundido entre os operários e que se tornou o principal órgão do cartismo.

4. A organização do proletariado

Do lado do proletariado, em 1836 é fundada a *London Working Men's Association* (LWMA), cujo comitê dirigente era quase que totalmente formado de antigos militantes da NUWC, tendo como dirigente Lovett. De inspiração owenista, o programa da LWMA pregava a transformação pacífica das instituições graças à “força moral” que o povo poderia exprimir à medida que seu nível de educação se elevasse. Retomando o conceito de “classes industriais” (burguesia e proletariado), a LWMA estimava que os interesses comuns à esta fração deviam ser defendidas no interior de um grande partido pacifista e legalista. Apesar de representar um grande passo em relação aos ensinamentos de Owen (que rejeitava toda ação política), a LWMA não conseguiu efetuar um salto qualitativo, mas seu grande mérito foi o de contribuir para agir no sentido da constituição do proletariado em partido político.

Durante os anos 1836-37, diversas comissões da LWMA informaram-se e analisaram a situação das classes trabalhadoras de Londres. Destas investigações saiu a petição da *Crown & Anchor Tavern* (fevereiro de 1837), que reivindicava 6 pontos para a reforma parlamentar, pontos que comporão a futura “Carta do Povo”: sufrágio universal, representação igualitária, parlamentos anuais, supressão da necessidade de ser proprietário para tornar-se membro do Parlamento, voto secreto e pagamento dos membros do Parlamento.

Este projeto, mesmo colocando de forma clara os principais meios para estabelecer uma reforma democrática da Câmara dos Comuns, situava-se, entretanto, numa perspectiva estritamente legalista e pacífica.

A LWMA não publicou imediatamente sua plataforma e tampouco se engajou numa agitação para sua realização. Cautelosamente, ela submeteu este projeto à aprovação dos deputados radicais (Roebuck, O’Connel - este último um anti-sindicalista fervoroso), para que suas reivindicações fossem apresentadas ao Parlamento. Mais ainda, este projeto não ligava a reivindicação do sufrágio universal – que a LWMA era, entre as organizações democráticas radicais, uma das primeiras a lançar – às lutas do proletariado contra a *New Poor Law* e o sistema de fábricas.

De qualquer modo, mesmo se aí não há individualização clara e nítida dos interesses específicos do proletariado, a obtenção do sufrágio universal é vista unicamente como meio para colocar um fim ao “estado da sociedade presente, injusta e corrompida” e instaurar o “paraíso social de Owen”, mas nunca como um fim em si.

Igualmente no campo proletário, constitui-se em 1836, em Londres, uma associação à esquerda da LWMA, a *East London Democratic Association* (ELDA), cujo principal líder é George Harney, antigo militante operário da NUWC (como também todos os dirigentes da ELDA), e que reivindica a tradição dos revolucionários franceses de 1793. Ela inspira-se nas idéias de Bronterre O’Brien que traduz para o inglês, em 1836, o livro de Buonarroti. “Baboeuf e a conspiração pela igualdade, dita de Baboeuf”. Harney tenta uma síntese da ideologia revolucionária francesa e do movimento operário inglês.

Em janeiro de 1837, a ELDA lança seu “Prospecto”, documento que reivindica diretamente e de maneira precisa 5 dos 6 pontos que serão lançados pela LWMA – à exceção da remuneração dos membros do Parlamento.

À diferença da LWMA, a própria ELDA organiza reuniões públicas para difundir seu programa, pois desconfia dos radicais burgueses e prega o uso da força para fazer passar “os 5 grandes princípios da Reforma Radical”, no caso de serem rejeitados pelo Parlamento.

De qualquer modo, a palavra de ordem do sufrágio universal é lançada em primeiro lugar pela ELDA, pela LWMA (à qual a ELDA se une em 1837, apesar das divergências) e pelas organizações radicais do norte industrial (as *Working Men's Associations* criadas sob a influência da LWMA), majoritariamente compostas por operários e não por radicais burgueses.

Com a aproximação das eleições, a LWMA propõe uma aliança aos radicais burgueses da BPU e aos deputados radicais que prometeram examinar seu projeto de lei. Na realidade, isto significava colocar a LWMA sob a direção dos radicais burgueses. Estes perdem as eleições e veem sua representação parlamentar reduzida. Eles não souberam mobilizar o proletariado, não tomando posição sobre suas reivindicações sociais, nem defendendo a bandeira do sufrágio universal. Lord John Russel, mantido no posto de ministro e gozando do apoio do parlamento, no qual a influência da aristocracia fundiária havia se reforçado, bloqueia toda tentativa de reforma parlamentar que fosse além daquela estabelecida pelo *Reform Bill* de 1832.

“...ele (Russel, Ndr) mostrou-se durante toda a sua carreira ministerial ser um adversário constante e impiedoso do escrutínio e dos parlamentos curtos. Mas quando tais declarações eram feitas, serviam como expedientes, inicialmente para acalmar os suspeitos democratas da Câmara dos Comuns e, em seguida, para amedrontar os refratários aristocratas da Câmara dos Lordes. Mas, tão logo ele tomou posse da nova corte da rainha Vitória e imaginou-se possuidor de um cargo imortal, fez sua declaração de novembro de 1837, na qual justificava a “extrema extensão a que o *Reform Bill* havia chegado”, como pretexto para barrar a possibilidade dele ir mais além. Afirmou friamente que “o objeto do *Reform Bill* era aumentar a predominância do interesse fundiário e pretendia ser uma decisão definitiva de uma grande gestão constitucional.” Desta declaração de finalidade ele ganhou o apelido de *Finality John*.” (Marx. Lord John Russel. New York Daily Tribune. 28.08.1855)

Esta declaração era uma declaração de guerra à burguesia industrial. O reforço do poder da aristocracia fundiária, que tal declaração implicava, entrava em contradição com os interesses do capital na Inglaterra o qual, para consolidar definitivamente sua dominação real sobre o trabalho, tinha necessidade da diminuição dos salários relativos e da abertura para o mercado mundial. Em resumo, da abolição das leis protecionistas sobre os cereais que interessavam unicamente à classe dos proprietários fundiários. A burguesia industrial era novamente levada, pelo próprio movimento do capital, a desempenhar seu papel revolucionário para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas: eliminar as últimas reminiscências da sociedade feudal, abolir os entraves ao livre curso do capital, em suma, implantar o livre-comércio.

Mas a atmosfera social estava demasiado explosiva no momento em que o proletariado se revoltava contra a *New Poor Law* e lutava pela limitação da jornada de trabalho. Assim, tomar posição pelo sufrágio universal era muito perigoso, pois havia o risco de que o proletariado se voltasse contra a própria burguesia. As lições da época do *Reform Bill*, na qual o proletariado já havia mostrado sua força, estavam bem presentes na sua memória de classe.

Enquanto a grande burguesia liberal tentava encontrar um meio que não a ameaçasse com um contragolpe, sua camada inferior, que mais sofria com a crise e estava politicamente frustrada pela

derrota eleitoral, preparava-se para tomar a frente do movimento pela reforma parlamentar, a fim de manipular o proletariado segundo seus próprios interesses. A BPU – sua principal organização política –, prevalecendo-se de sua tradição popular da época do *Reform Bill*, desfralda por seu lado, em dezembro de 1837, a bandeira do sufrágio universal reivindicada pela LWMA e as outras *Working Men's Associations* do país. Ela lança o plano de uma petição nacional pela reforma parlamentar, no qual concentra todas suas forças. Mas a petição devia ser apresentada segundo formas pacíficas e legais, conforme o princípio da “força moral” que ela representava. Entretanto, seu objetivo real era o de recrutar o proletariado ao serviço de seus interesses.

A LWMA firma, nesta ocasião, sua aliança com a BPU ligando-se às suas atividades. Para tanto, ela evita, a fim de manter a aliança das “classes industriais”, ligar-se firmemente aos movimentos do proletariado contra a *New Poor Law* no Norte industrial. Levando mais longe sua tática colaboracionista, ela chega a afiançar a repressão estatal contra estes movimentos. Uma tal política provocou violentas críticas da parte dos elementos mais conscientes dos interesses do proletariado (Harney, O'Brien), que a acusaram inclusive de ser “um instrumento nas mãos dos liberais ou dos malthusianos”.

É contra uma tal política de submissão que se concretizou a cisão de Harney com a LWMA. Harney funda em Londres a *London Democratic Association* (LDA), arrastando consigo seus antigos camaradas da ELDA e mantendo firmemente sua posição contra os burgueses radicais, contra a moderação da LWMA e pela ação revolucionária. Feargus O'Connor, que não era membro da LWMA e fazia-lhe uma crítica violenta, dá seu apoio à LDA e lhe oferece as colunas do *Northern Star*.

Assim, ao mesmo tempo que a Carta do Povo encontra sua forma definitiva, no início de 1838, graças à comissão composta por 6 membros do Parlamento pertencentes à burguesia radical, há a formação de uma ala esquerda do movimento democrático. Ao longo deste período, Harney publica no “*Northern Star*” as seguintes teses:

- As classes trabalhadoras só podem contar consigo mesmas;
- Contra a tese owenista da educação e da “força moral”,
- A sociedade está dividida em classes opostas por um antagonismo irreduzível.

Entretanto, a burguesia radical não se desanimava de tomar a direção política do movimento e convoca em Glasgow, em maio de 1838, um gigantesco comício, apoiado pela LWMA, no qual a “Carta do Povo” é finalmente apresentada diante de uma enorme multidão, mas somente depois que os oradores burgueses discursaram para tentar convencer as massas populares da necessidade de abolir as leis sobre os cereais e de promover uma reforma financeira (“as *Corn Laws* e a política deflacionista em vigor desde 1819 são a fonte de todos os males”).

Além do mais, eles tiveram o cuidado de sublinhar que todas as reivindicações apresentadas – e sobretudo a do sufrágio universal – deviam ser apoiadas unicamente por meios pacíficos e legais, pois apenas a “força moral”, da qual eram os defensores, poderia obtê-las.

Engels assim relata os 6 pontos da Carta do Povo, publicada em 8 de maio de 1838:

- “1. Sufrágio universal para todo homem maior, sensato e não condenado por delito;
2. Renovação anual do Parlamento;
3. Fixação de uma indenização parlamentar a fim de que os candidatos sem recursos possam igualmente aceitar um mandato;

4. Eleições com votação de desempate, a fim de evitar corrupção e a intimidação da burguesia;
5. Circunscrições eleitorais iguais a fim de assegurar representações equitativas;
6. Abolição da disposição – aliás ilusória – que reserva a elegibilidade exclusivamente aos proprietários de um domínio de no mínimo 300 libras esterlinas, de tal modo que todo eleitor seja, daqui em diante, elegível.”

Como vemos, os 5 pontos que seguem a reivindicação do sufrágio universal constituem apenas garantias suplementares para permitir o seu verdadeiro funcionamento. Mas, como observa Engels:

“estes seis pontos que se limitam à organização da Câmara dos Comuns, por mais anódinos que possam parecer, são entretanto de tal natureza que despedaçam a constituição inglesa, inclusive a rainha e a Câmara Alta. O que se chama de lado monárquico e aristocrático da Constituição só pode subsistir porque a burguesia tem interesse na sua manutenção aparente; tanto um quanto outro só têm existência fictícia. Mas se toda a opinião pública se alinhasse atrás da Câmara dos Comuns, se ela expressasse não apenas a vontade da burguesia mas a de toda a nação, concentraria nela tão perfeitamente a totalidade do poder que desapareceria a última auréola que cinge a cabeça do monarca e da aristocracia. O operário inglês não respeita nem os lordes nem a rainha, enquanto os burgueses – embora não solicitando seus pareceres sobre os fundos – cercam suas pessoas de uma verdadeira adoração. O cartista inglês é politicamente republicano, se bem que ele nunca emprega, ou o faz muito raramente, este termo; além do mais ele nutre simpatias pelos partidos republicanos de todos os países, mas prefere dar-se o nome de “democrata”. Entretanto, ele não é simplesmente republicano; sua democracia não se limita ao plano político.” (Engels - A Situação da Classe Trabalhadora..., 1845)

A “Carta do Povo”, embora lançada por uma aliança formal entre os operários (a LWMA) e a burguesia radical (principalmente a BPU), que pareciam formar um único partido, concentrava no fundo a oposição do proletariado contra a burguesia e é por isto que a grande burguesia liberal não queria mais falar de sufrágio universal. Quanto à burguesia radical, seu plano era o de dispor do apoio do proletariado, mas evitando cuidadosamente de lhe deixar qualquer iniciativa política, a fim de exercer uma pacífica mas colossal “pressão do exterior” sobre o Parlamento, para fazer passar suas próprias reivindicações.

“Dado que os operários não respeitam a lei, contentando-se, ao contrário, em deixar que ela exerça sua força quando eles próprios não têm o poder de mudá-la, é perfeitamente natural que proponham pelo menos modificações na lei, que queiram substituir a lei burguesa por uma lei proletária. Esta lei proposta pelo proletariado é a Carta do Povo (*People's Charter*), que na sua forma é puramente política e reclama para a Câmara dos Comuns uma base democrática. O Cartismo é a forma condensada da oposição à burguesia. Nas *unions* e nas greves, esta oposição permanecia sempre isolada. Eram os operários ou seções operárias que, isoladamente, lutavam contra os burgueses isolados; se o combate tornava-se geral, não era intenção dos operários e quando intenção havia era o cartismo que estava na base desta generalização. Mas o cartismo é toda a classe operária que se ergue contra a burguesia – e singularmente contra seu poder político - e que lança o assalto à fortificação legal na qual ela se encerra. O cartismo surgiu do partido democrático que se desenvolveu nos anos 80 a 90 do século anterior, simultaneamente com e no proletariado, reforçou-se durante a Revolução Francesa e manifestou-se, após a

paz, como partido radical, tendo sua base principal em Birmigham e Manchester, como tivera antes em Londres; aliando-se com a burguesia liberal, ele conseguiu arrancar da oligarquia do antigo parlamento o *Bill da Reforma* e, desde então, tem consolidado constantemente suas posições de partido operário frente à burguesia.” (Engels, Idem)

5. Sufrágio, questão social e antagonismos de classe

Contra a aristocracia fundiária e a alta burguesia financeira, a burguesia industrial radical e o proletariado pareciam poder fazer causa comum. Mas esta comunidade de interesses imediatos que se cristaliza na Carta, esconde no fundo interesses reais profundamente antagonicos. Afrontando a propriedade fundiária, a burguesia industrial contribui certamente para eliminar forças sociais herdeiras do passado, mas apenas para reforçar seu próprio poder, tanto social como político. Cada uma dessas duas classes contesta, uma à outra, suas prerrogativas sociais: os burgueses contestam as leis sobre os cereais, os proprietários fundiários reclamam a abolição do sistema de fábrica; e suas prerrogativas políticas: luta da burguesia industrial por uma melhor representação política. Frente a elas, o proletariado é por sua vez cortejado pelas duas frações (a propriedade fundiária se regozijará, por exemplo, da limitação da jornada de trabalho como um golpe dado nos industriais), que velam, entretanto, cuidadosamente para não lhe deixar qualquer iniciativa política. Neste contexto, a reivindicação do sufrágio universal possui um caráter explosivo, pois o proletariado, na Inglaterra urbana e capitalista, é de longe a classe mais numerosa da sociedade. A violência da acumulação do capital concentrou neste país, nos dois polos da sociedade, uma classe dirigente e uma classe numerosa e sem reserva. Dar à esta última o direito de voto e os meios de servir-se dele (este é o sentido dos 6 pontos da Carta), é praticamente dá-la o poder pelo simples jogo das instituições.

Atrás da questão do sufrágio universal perfila-se, portanto, imediatamente a questão social. É por isso que a burguesia radical, a mais interessada, além do proletariado, nesta reivindicação, esforça-se para manter-lhe um caráter exclusivamente político, para torná-la um fim em si, sem ligá-la às outras questões que colocavam o proletariado em movimento.⁸

Entre os dois, a pequena-burguesia, que não havia tirado nenhum benefício da reforma de 1832, apoiava igualmente a reivindicação do sufrágio universal.

“O cartismo foi – é verdade – desde seu início em 1835, um movimento essencialmente operário, mas ainda não estava nitidamente separado da pequena burguesia radical. O radicalismo operário andava de mãos dadas com o radicalismo burguês: a Carta era seu Shibboleth comum, eles tinham suas “convenções nacionais” em conjunto a cada ano; *eles pareciam formar um único partido* (sublinhado por nós). A pequena-burguesia parecia dotada, nesta época, de uma combatividade particular, ela queria sangue em virtude da decepção que havia provado diante dos resultados do Bill da Reforma; a

⁸ Durante o grande comício de Birmigham, de 6 de agosto de 1838, em que compareceram numerosas *Trade-Unions* e uma enorme massa de operários (cerca de 200.000), Muntz, um dos dirigentes da BPU, conseguiu fazer adotar, em meio ao entusiasmo geral, uma moção que dirigia toda a agitação social do proletariado para o objetivo único da petição pela reforma parlamentar:

“... é necessário desembaraçar-se dos Tories e dos Whigs. É necessário organizar um sistema de agitação. Mas não se pode agitar por qualquer pequena questão. E, acima de tudo, é necessário desconfiar da velha palavra de ordem “dividir para reinar”. É necessário fixar-se sobre a petição nacional, deixando de lado os pontos menores que suscitaram discussão. A questão das *Corn Laws* deve ser deixada de lado pelo momento, do mesmo modo que qualquer outra questão que levante o fabricante contra o fazendeiro, o operário contra o mestre, ou o fazendeiro contra o proprietário. Tudo isso deve ser deixado de lado e devemos unir nossas mãos e nossos corações num único grande e geral esforço. Obtenhamos de uma vez por todas uma boa e justa representação do povo e com isso conseguiremos posteriormente a paz, a felicidade e o bem-estar permanente do povo. Não deixemos nossa atenção ser desviada em nenhum momento do sufrágio universal. Todos os outros males, as leis sobre os cereais, as leis sobre os pobres – esqueci-as por um momento -, não pensai em nada mais do que o princípio que vos dará o poder de eleger homens que, uma vez eleitos, rejeitarão, se for necessário, uma dúzia de tais leis a cada dia.” (The Grand Midland Demonstration at Birmigham. August 6, 1838 – panfleto)

violência da agitação cartista, portanto, estava longe de desgostá-la”. (Engels, A Situação...)

Em 1838, isto é, no mesmo ano em que foi lançada a Carta do Povo, a burguesia industrial criou a *Anti-Corn Law League* (ACLL: Liga contra as leis sobre os cereais). A organização – a grandes custos – desta associação visava um duplo objetivo: inicialmente, manipular o proletariado e fornecer-lhe um derivativo à palavra de ordem do sufrágio universal, atraindo-o com a fórmula ilusória do “pão barato”. Em seguida, contando com o apoio dessa massa de manobra, a burguesia industrial partidária do livre comércio esperava dobrar a aristocracia fundiária e desembaraçar o terreno deste obstáculo ao livre curso dos interesses do capital. Marx, no seu “Discurso sobre o livre comércio” de 1848, demoliu completamente os argumentos dos livre-cambistas e lembrou que o proletariado havia chegado muito claramente à consciência de que este não era seu terreno de luta e que, se ele se deixasse arregimentar, perderia sua alma e renegaria seus interesses de classe.

“Os operários ingleses compreenderam muito bem o significado da luta entre os proprietários fundiários e os capitalistas industriais. Eles sabem muito bem que se queria abaixar o preço do pão para rebaixar o salário e que o lucro industrial aumentaria daquilo que a renda diminuísse (...)

Os operários ingleses mostraram aos *free-traders* que eles não estão enganados por suas ilusões e mentiras e se, apesar disso, eles se associaram a eles contra os proprietários fundiários era para destruir os últimos vestígios feudais e para ter apenas um único inimigo. Os operários não se enganaram nos seus cálculos, pois os proprietários fundiários, para se vingar dos fabricantes, fizeram causa comum com os operários para fazer passar o Bill das dez horas, que estes últimos haviam em vão reivindicado durante 30 anos e que passou imediatamente após a abolição dos direitos sobre os cereais.” (Marx, Discurso sobre o Livre Comércio)

O movimento da burguesia industrial pela abolição das *Corn Laws* exprimia a necessidade da consolidação da submissão real do trabalho ao capital e era necessariamente revolucionário do ponto de vista burguês, pois tendia, no limite, à eliminação completa da aristocracia fundiária e das velhas instituições políticas e de seus partidos. Assim sendo, aplainaria o terreno para a luta frontal, decisiva, entre proletariado e capital.

Entretanto tal movimento não é fruto de uma vontade revolucionária deliberada. A burguesia é forçada a isso pelo desenvolvimento das forças produtivas, e a necessidade de limitar o poder econômico e social da aristocracia fundiária acompanha necessariamente uma tentativa de limitar seu poder político: a reforma parlamentar. Entretanto, aos olhos da burguesia, a vontade de obter maior poder político para fazer passar as reformas necessárias a seus interesses não pesa na balança, face ao medo que lhe inspira o proletariado. É por isso que, ao invés de empurrar seu movimento para a frente e de lhe dar um contorno nitidamente revolucionário, ela negocia com os Whigs no poder e bloqueia o processo de radicalização.

“Mas os burgueses ingleses não são franceses excitáveis. Quando procuram fazer adotar uma reforma parlamentar não fazem uma revolução de fevereiro. Ao contrário. Tendo obtido em 1846 (data da abolição das leis sobre os cereais, NdR) uma grande vitória sobre a aristocracia fundiária rejeitando as *Corn Laws*, deram-se por satisfeitos gozando as vantagens materiais da vitória enquanto negligenciavam tirar dela as

necessárias conclusões econômicas e políticas, permitindo assim aos Whigs reinstalarem-se no seu monopólio hereditário de governo (...).

E por que tudo isso? Porque em cada movimento violento, eles são obrigados a apelar à classe operária. E se a aristocracia fundiária é um oponente em declínio o proletariado é seu inimigo ascendente, a quem o futuro pertence. Por conseguinte, esforçam-se em evitar qualquer colisão violenta com a aristocracia. Mas a necessidade histórica e os Tories fazem pressão sobre eles. Eles não podem evitar de cumprir sua missão, despedaçando a velha Inglaterra, a Inglaterra do passado; e, no exato momento em que terão conquistado a dominação política exclusiva, quando a dominação política e a supremacia econômica estiverem unidas nas mesmas mãos, quando, por conseguinte, o combate contra o capital não será mais distinto do combate contra o governo existente, a partir deste exato momento começará a revolução social da Inglaterra.” (Marx, Os Cartistas. New York Daily Tribune, 25.08.1852)

Mas, a persistência de uma certa comunidade de interesses imediatos entre proletariado e burguesia radical, permite-lhes unir-se num mesmo movimento – o partido cartista – e eles parecem formar portanto um único partido. E, embora o cartismo fosse um movimento essencialmente operário, ainda não estava claramente separado da burguesia radical. Como vimos, a direção do movimento cartista estava nas mãos de duas tendências: os operários moderados (Lovett), discípulos de Godwin e de Owen, partidários da “força moral”; e, de outro lado, os burgueses radicais, principalmente os da BPU. Além destas duas frações, o aprofundamento da crise produziu a radicalização de uma ala revolucionária proletária no seio do partido cartista, que exprimia de maneira mais adequada os objetivos sociais da luta do proletariado inglês. Esta ala revolucionária, conduzida por Harney, O’Brien, O’Connor, etc., não se limita a exigir um justo salário para uma jornada de trabalho equitativa, ou “o produto integral do salário”, como os moderados de Lovett, mas afirma a necessidade de abolir o salariado. Ela assume firme e claramente posição contra a *Anti Corn-Law League*, que denuncia como sendo um movimento diversionista e de manipulação, cujo objetivo era o de abaixar os salários e defender unicamente os interesses da burguesia e nenhum do proletariado. Ela afirma que a igualdade social só será possível uma vez obtida a igualdade política e propõe medidas como a nacionalização da terra⁹, uma reforma do sistema monetário inspirado nos bônus de trabalho de Owen, a criação de um Banco Nacional, a separação da Igreja do Estado, a liberdade completa da imprensa, etc.

Ela lança o grito de guerra social: “O poder político é nosso meio, a felicidade social é nosso fim!”. Mas, ao mesmo tempo que revelava mais nitidamente a característica especificamente social, proletária, revolucionária do cartismo, ela também revelava seus limites quanto à compreensão da verdadeira natureza social da luta do proletariado moderno contra o capital.

A emergência desta ala revolucionária apenas constituía o prelúdio a uma clara e nítida individualização dos interesses do movimento proletário que, até 1842, iria encontrar-se unido à burguesia radical e à pequena-burguesia, no seio do movimento cartista, para obter a Carta do Povo.

A ala revolucionária era a única que se esforçava em ligar as lutas pelo sufrágio universal às lutas sociais do proletariado e a tentar aproximar-se das *Trade-Unions*. Tentava assim romper

⁹ À exceção de O’Connor e de seus discípulos, que propõem a parcelização das grandes propriedades fundiárias, medida utopista e reacionária, levando-se em conta as condições econômicas e sociais avançadas do MPC na Inglaterra. Mais tarde (1843), como veremos, essas propostas desembocarão no *Land Scheme*.

a influência owenista sobre os sindicatos, apesar de reconhecer a importância das contribuições de Owen no terreno sindical (principalmente a tentativa de formar a *Grand Consolidated Trades-Union*, lançada em 1834 e derrotada antes do início do cartismo em 1837).

Outro ponto sobre o qual se delimitava a fração revolucionária dentro do movimento cartista é a questão da violência, pois ela não hesitava em reivindicar o uso da “força física” para impor a Carta, lançando seu grito de guerra. “Pacíficamente se pudermos, pela força se necessário”.¹⁰

Harney chega mesmo a apelar à insurreição armada como única maneira para implantar a Carta, mas o conjunto da ala revolucionária não o segue neste terreno. Ela contenta-se em apelar pelo armamento defensivo do povo, quando o Estado intervinha nos “comícios com tochas”, que ocorriam no Norte industrial. A razão de uma tal moderação é, evidentemente, a necessidade de proteger a unidade com a burguesia radical.

“Num tal momento, é necessário evitar a desunião. Não deixemos os homens de Birmigham altercarem-se com os do Norte (...), não podemos nos permitir perder um único homem em nossas fileiras (...), a fim de dominar simultaneamente a própria força e o medo da força, vocês devem estar unidos como um só homem e devem respeitar a estreita legalidade em todas as suas ações. Vocês não devem atacar, mas devem estar prontos para defender-se (...), mas (...) vocês têm, cada um de vocês, o direito indubitável de estarem armados para a defesa dos seus direitos e liberdades pessoais (...). Em resumo, vocês devem considerar a sua posição como estritamente defensiva, de modo que, se o combate acontecer, vocês poderão jogar sobre seus inimigos toda a responsabilidade de o haver começado”. (O’Brien, in “Northern Liberator”. 8.12.1838)

É nesse contexto que se reuniu em 1839 a Primeira Convenção Nacional Cartista, para depositar no Parlamento a petição que reclama a reforma parlamentar na base do sufrágio universal. Flora Tristan, nas suas *Promenades dans Londres* (“Caminhadas por Londres”), assim resumiu o conteúdo da Petição de 1839:

- A reforma eleitoral (de 1832) foi uma decepção, uma medida que apenas transferiu o poder de uma fração à outra.
- Abolição das leis que limitavam os salários e taxavam a alimentação.
- O papel do governo é o de se ocupar do bem da maioria.
- A fim de intervir neste estado de coisas, é reclamado o sufrágio universal acompanhado dos 6 pontos da Carta.

A Convenção, formada por delegados eleitos pelas *Political Unions* e *Working Men’s Associations* ao longo dos comícios de 1838, é concebida como um verdadeiro “Parlamento do Povo”, como a “Convenção geral das classes trabalhadoras”, que se oporia ao Parlamento burguês e poderia constituir um verdadeiro contra-poder. Ao longo dos debates, os convencionais discutiram a fixação de uma data para apresentar a petição ao Parlamento e as medidas a serem tomadas no caso de a petição ser rejeitada.

¹⁰ O’Brien, reivindicando a tradição de Baboeuf e dos revolucionários de 1793, prega a defesa do poder legislativo conquistado pelo povo pelo terror revolucionário, “nas circunstâncias fatais onde as conspirações contrarrevolucionárias ou a ira dos partidos tornam necessário verter sangue, para prevenir uma maior efusão de sangue inocente”. (1836)

Na ala revolucionária, a fração de esquerda (Harney), minoritária, exige a apresentação imediata da petição e ataca violentamente os burgueses radicais e os moderados que, provocando o adiamento das decisões sobre a data da apresentação da petição, traíram o povo.¹¹

Ela exige o recurso à insurreição armada para fazer aceitar a Carta como “lei do país” e afirma que, no caso da petição ser rejeitada, a Convenção tinha já, de fato, o poder de dar à carta uma existência legal, pois ela encarnava a vontade da imensa maioria do povo.

A outra parte da ala revolucionária, aliás sua maioria (O’Brien, O’Connor) divergia sobre o recurso à insurreição e defendia a apresentação da petição pela via legal. Isto não apenas para não romper a frente comum com a burguesia, mas também porque julgava que o povo ainda não estava suficientemente preparado para a ofensiva e que deveria limitar-se a reclamar o armamento defensivo do povo. Quanto aos moderados, rejeitam qualquer forma de armamento (ofensivo ou defensivo) e contentam-se em apelar à “força moral”.

Este debate sobre a violência, assim como a claríssima condenação da *Anti-Corn Law League* (ACLL), gerou um afrontamento com os burgueses radicais que ameaçavam dissolver a Convenção, da qual estigmatizavam sua “dupla linguagem”.

Nesse estágio, ou a Convenção tomava um curso burguês, ou um curso proletário. As violentas lutas proletárias no Norte levaram a ala revolucionária a uma certa radicalização, mas apenas a fração extremista (Harney) continuava a apelar pela insurreição armada.

“Homens do Leste e do Oeste, homens do Norte e do Sul, o sucesso de vocês depende apenas de vocês mesmos e sua causa triunfará: aproxima-se o 6 de maio. Preparem-se! Não escutem aqueles que pregam um adiamento. Aqueles que queiram postergar agora são traidores e que a vingança de vocês recaia sobre a cabeça deles. Uma palavra de alerta. Estas 2 ou 3 últimas semanas vocês me deixaram exortá-los a se armarem. Eu digo a vocês, a vocês que ainda estão desarmados, pois, graças à Deus, dezenas de milhares entre vocês podem, de mão em mão e de pé em pé, ganhar o direito de serem homens livres. A vocês que ainda não estão livres eu digo novamente: ARMEM-SE para proteger seus velhos pais, ARMEM-SE por suas esposas e crianças e cunhadas, ARMEM-SE para extirpar a tirania do solo e a opressão do trono. Seu país, sua posteridade seu Deus exigem: ARMEM-SE! ARMEM-SE!! ARMEM-SE!!!

A França está às vésperas da revolução, a Bélgica deseja ser livre, na Alemanha desperta a liberdade, os patriotas espanhóis estão prestes a mandar Isabel e Carlos ao diabo, os Italianos levantam a cabeça e os exilados poloneses sonham novamente com a restauração de sua pátria; mas os Ingleses ainda contam com vocês.” (Harney, “Inglaterra, âncora e esperança do mundo”).

“Venham pois homens do Norte, de suas colinas cobertas de neve; venham pois homens do Sul, de seus vales ensolarados; venham à concentração; unam-se e fraternizem-se, armem-se e vocês serão livres! Que nosso grito de unificação, do Estuário do Forth aos

¹¹ A LDA, de sua parte, adota as seguintes resoluções:

“1) Que se a Convenção fizesse seu trabalho, a Carta seria a lei do país em menos de um mês.

2) Que nenhum atraso deveria acontecer para a apresentação da Petição Nacional.

3) Que qualquer ato de injustiça ou de opressão deveria encontrar resistência imediata.” (The Charter. 10.03.1839)

confins do país, seja IGUALDADE OU MORTE”. (Harney, London Democrat, 20.04.1839)

Além do mais, a violenta repressão contra estes mesmos movimentos (interdição dos comícios, aprisionamento de cartistas, brutalidades policiais, etc...) levou os delegados operários a defender a ideia de uma greve geral, de um “mês sagrado”.

Essa radicalização provocou a defecção de uma parte dos delegados burgueses, deixando assim campo livre para o proletariado. Mas, este último, que havia vivido na ilusão do compromisso entre as “classes industriais”, a ponto de considerar a greve geral como uma greve de burgueses e de proletários, não soube conduzir sozinho a luta. O elemento proletário no interior da Convenção não conseguiu colocar-se como órgão dirigente da luta das classes que sacudia o país e esta, abandonada a si própria, sucumbiu à repressão do Estado.

A petição é rejeitada em 12 de julho de 1839 e a ala moderada, e mesmo uma parte da ala revolucionária, concluíram que não se podia ficar sem o apoio da burguesia radical. Interrompendo o processo de radicalização, ela tenta reatar com a burguesia votando contra o “mês sagrado”. Apesar disso, a burguesia abandona a Convenção e os chefes cartistas, inclusive Harney, reconheceram a derrota e ordenam a dissolução da Convenção, a qual é seguida de uma vaga maciça de prisões.

A última convulsão do movimento de 1839 aconteceu em novembro quando, em desespero de causa, Frost, um dos líderes da ala esquerda do cartismo, marchou sobre Newport à frente de um punhado de mineiros gauleses.

“Em 1839, a agitação prosseguiu com a mesma intensidade e, logo que começou a enfraquecer-se no fim do ano, Bussey, Taylor e Frost apressaram-se em desencadear um motim no Norte da Inglaterra, no Torkshire e no País de Gales. Frost foi forçado a lançar a empreitada muito cedo, pois seu empreendimento fora descoberto, e isto significou a derrota; os do norte souberam desta saída infelizmente muito cedo para poder voltar atrás; dois meses mais tarde, em janeiro de 1840, muitos motins chamados de “policiais” (*spy outbreaks*), explodiram no Yorkshire, por exemplo em Sheffield e Bradford; depois, a agitação se acalmou pouco a pouco”. (Engels A Situação da Classe Trabalhadora...)

A derrota da Convenção de 1839, o revés das insurreições de 1839 e do começo de 1840, não poderiam deixar de ter consequências sobre o movimento cartista. A fase seguinte iria ser dedicada a uma reorganização do movimento e também a uma clarificação das posições. Harney desempenhou um papel fundamental no erguimento da *National Charter Association* (NCA – 1841).

6. A necessidade de um partido operário

Em 1840, o cartismo está de joelhos, vítima da repressão (quase todos os líderes, inclusive O'Connor, estão na prisão). As lutas prosseguem em nível local, sem organização, de maneira ineficaz e desordenada. A tentativa de Harney parte de uma reflexão sobre este revés, que ele remete à experiência dos cartistas escoceses, os quais possuíam, desde 1839, uma organização unitária, centralizada e dotada de um comitê executivo que coordenava os movimentos sociais e a agitação pela Carta. Em março de 1840, Harney publica uma “Circular aos democratas da Grã-Bretanha”, no *Scottish Patriot*, em que ele recomenda aos ingleses seguirem o exemplo escocês:

- Dotar-se de um comitê executivo nacional permanente;
- Além disso, eleger “tribunos” locais que organizariam sistematicamente a agitação: campanha de assinaturas, ataque aos comícios da ACLL, celebração de ofícios dominicais cartistas em lugar de missas, etc.

O objetivo era de dar ao cartismo uma estrutura nacional, que elegeria um Parlamento do povo e faria adotar a Carta. Ora, essa conduta correspondia efetivamente às necessidades do movimento que recomeçava na base e cujas associações locais, ressurgidas, também reclamavam a formação de uma instância nacional.

Durante uma reunião em Manchester, em julho de 1840, os delegados de 23 cidades reconhecem que a agitação pela Carta deve efetuar-se através de uma organização estruturada, com estatutos, aparelho permanente, seções locais, cotizações, etc. O objetivo da NCA é incorporar todos os cartistas da Grã-Bretanha numa única sociedade. Rapidamente a NCA contará com cerca de 20.000 membros em 300 seções em dezembro de 1841; depois, 50 000 membros em 350 seções, em abril de 1842.¹²

A formação da NCA constitui o primeiro passo para a formação de um partido cartista revolucionário. Com efeito, os “cartistas da força moral”, como Lovett, recusavam-se a aderir à NCA sob o pretexto de que esta instituição era “ilegal”. Formaram, para fazer concorrência à NCA, uma *National Association of the United Kingdom*, que tomou nitidamente partido pela “força moral” e pela legalidade, contra a “força física”. Lovett lançou um manifesto intitulado “O Cartismo, uma nova organização do povo, projeto para a educação e o melhoramento político e social”, que retomava o velho fundo owenista da LWMA e concebia a associação como um vasto centro de educação cultural. É esta corrente que reativará, em 1842, a aliança com a burguesia radical, notadamente com Sturge.

Com efeito, no próprio seio do cartismo nem todos tiraram a mesma conclusão da traição da burguesia radical. A ala moderada (Lovett), que agora contava com o apoio de antigos militantes importantes da ala revolucionária, como O'Brien, novamente tentava reaproximar-se da burguesia radical, acreditando que os Tories, novamente no poder depois de 1841, fariam com que ela (a burguesia radical) reativasse suas reivindicações pela reforma parlamentar. Por sua vez, a burguesia industrial relançava com vigor o movimento pela abolição das leis sobre os cereais, muito decidida a obter para tanto o apoio do proletariado, tendo como palavra de ordem o “pão barato”, mas nunca o sufrágio universal. Ora, esta era a única palavra de ordem que poderia reativar a antiga aliança entre as “classes industriais”.

¹² Após sua saída da prisão, em 1841, O'Connor torna-se o principal dirigente da NCA.

“Neste interim, a burguesia lançou-se em projetos mais práticos, mais vantajosos para ela, em particular nas leis sobre os cereais; a associação contra as leis sobre os cereais foi criada em Manchester e teve como consequência um afrouxamento dos laços entre a burguesia radical e o proletariado. Os operários compreenderam muito cedo que a abolição da lei sobre os cereais não traria para eles um grande benefício, ao contrário, ela traria lucro apenas para a burguesia; e é por isso que foi impossível ganhá-los para este projeto.” (Engels, a Situação da Classe Trabalhadora...)

À margem da ACLL, Sturge e um punhado de livre-cambistas (*free traders*) tentavam reeditar o papel que a BPU tivera à frente do movimento pela reforma parlamentar em 1838, e fundaram uma associação pelo *Complete Suffrage* (Sufrágio Completo).

Sturge concebia o *Complete Suffrage* (termo empregado para evitar as desagradáveis reminiscências revolucionárias do sufrágio universal), como um instrumento de conciliação e não de luta de classes. Todo homem, não importa de que classe, dizia Sturge, tem o direito de expressar suas opiniões, estimando que pelo jogo desta livre expressão, as contradições que animavam a sociedade seriam resolvidas e que a calma retornaria à Inglaterra. Ele sonha então realizar uma perfeita democracia. É o mesmo raciocínio que levará no fim do século, reformadores como Disraeli a estender gradualmente o direito do sufrágio. Mas o segredo da iniciativa de Sturge é que ele temia que se não se desse aos operários esse direito de expressão, eles o tomariam por si próprios; e aí... só Deus saberia o uso que fariam disso!! Donde, para Sturge, a ideia de acompanhar esse direito de vantagens materiais: trabalho, bons salários e livre comércio!

Frente a essa iniciativa, os cartistas da NCA acusavam o movimento de Sturge de ser apenas um biombo para a ACLL. Harney responde que o único documento é a Carta e que qualquer tentativa como a de Sturge, de editar um novo documento, só podia ser um ardil para afundar a NCA e seu comitê executivo. E acrescenta:

“Se a burguesia (à época chamada de *middle-class* – classe média, NdR) é sincera, que adote nossa carta e que se una à nossa associação. Não me oponho à união das duas classes, pelo contrário. Eu a desejo, mas ela deve ser uma união fundada na justiça, tendo por objeto a igualdade dos direitos de todos. Não modifiqueis um nada na Carta. Que ela permaneça inteira e intacta, é nossa palavra de ordem e nossa reivindicação”.

(...) “Além do mais, declaramos que qualquer proposta de aliança política que nos possa ser feita em seguida pela classe média, enquanto operários nós a rejeitaremos sem reserva e sem hesitação, a menos que ela contenha um reconhecimento completo e sincero dos princípios expostos da Carta do Povo”. (Discurso de Harney, Northern Star. 8.01.1842)

Todo o problema da aliança de 1842 entre o proletariado e a burguesia radical era o seguinte: a aliança se efetuariá na linha capitulante de Lovett, constituindo um alinhamento nas posições burguesas, ou se faria sob a égide e o controle da NCA, com o proletariado à frente, mobilizando em seguida a burguesia?

Em fevereiro de 1842, John Sturge reuniu os delegados da ACLL favoráveis à extensão do sufrágio com os cartistas moderados, como Lovett, Hetherington, etc..., propondo-lhes uma aliança, mas com a condição de abandonar a palavra de ordem da Carta do Povo. Lovett, condenando os “excessos” dos cartistas radicais e afirmando que desejava a aliança com a burguesia radical, consegue que a Carta não seja pura e simplesmente rejeitada, mas que se torne ao menos objeto de uma discussão. Em troca, aceita reivindicar igualmente a abolição da lei sobre os cereais.

Esta iniciativa provocou uma violenta contraofensiva da parte do estado-maior da NCA e do *Northern Star*.

Em 5 de abril de 1842, a *Complete Suffrage Union* (Sturge e companhia) convoca uma segunda conferência. Para pregar-lhe uma peça, os cartistas radicais organizam uma contra-conferência ao longo da qual O'Connor sublinha que: “todo homem que preconize uma medida de justiça menos completa do que a Carta inteira (é considerado) um inimigo das classes trabalhadoras.”

Entretanto, existia de fato uma aliança entre os operários moderados e os burgueses radicais. O fruto desta aliança foi o reconhecimento das respectivas reivindicações dos dois campos: abolição das leis sobre os cereais pelos operários e a Carta do Povo pelos burgueses (seu programa foi reconhecido por Sturge em 5 de abril).

Num primeiro momento, o restante do campo proletário (isto é a NCA) não reconheceu esta aliança e a 2ª convenção nacional cartista, ocorrida em maio de 1842, realizou-se sem Lovett e os membros da LWMA. Bronterre O'Brien é então violentamente atacado pela sua participação na reunião de 5 de abril.

Como a de 1839, a Convenção Nacional de 1842 elabora uma petição para ser encaminhada ao Parlamento. Segundo Flora Tristan, os principais pontos da petição (muito mais detalhada do que a primeira) eram os seguintes:

- O governo que não emana do sufrágio universal não pode reclamar obediência ao conjunto do povo.
- A Câmara atual apenas representa os interesses particulares de seus membros e não os do conjunto da sociedade.
- Ela é portanto um instrumento do despotismo.
- A lei eleitoral é feita pelas classes dominantes: capitalistas e proprietários fundiários.
- Contra o pagamento da dívida pública.
- Contra a miséria do povo e a lei sobre os pobres.
- Contra a disparidade dos salários entre os operários, que produzem a riqueza da nação, e os parasitas que estão no comando.
- Contra a repressão que atingiu os autores da petição e os agitadores.
- Contra a manutenção de uma multidão de homens armados para vir em socorro da polícia.
- A manutenção deste exército é anticonstitucional.
- Pela redução da jornada de trabalho e a elevação dos salários.
- Supressão dos monopólios e dos privilégios.
- Que se reconheça as queixas da classe operária e que se trabalhe para satisfazê-las.
- Pela abolição das taxas religiosas.
- Qualquer indivíduo do sexo masculino, maior e que nunca tenha sido condenado deveria poder eleger, em cada ano, o parlamento.
- Contra qualquer espécie de censo, que é contrário às tradições do país.
- Reconhecimento dos motivos das queixas do povo irlandês.
- Que a Câmara adote como lei a Carta do Povo.

Como se vê, a petição de 1842 une as reivindicações políticas e sociais do proletariado. Flora Tristan também sublinha a diferença de amplitude das duas petições, a de 1839 e a de 1842.

“Em 1839, homens que ainda estão argumentando com os governos demonstram gravemente as consequências inevitáveis da ordem de coisas existentes; reclamam a participação nos direitos políticos para todos, porque a corrupção, a cupidez, as espoliações e a opressão da aristocracia reduzem-nos à mais horrível miséria, aniquilando a prosperidade pública e colocando em perigo a tranquilidade do país, reduzindo o povo ao desespero”.

Em 1842, a massa de signatários da segunda petição:

“...vem dizer à Câmara que ela está sem poder para fazer leis e exigir a obediência; que o povo lhe resistirá porque ele não a nomeou. Não são mais concessões que eles requerem, é um direito que exigem e do qual declaram querer tomar posse pela força se se persiste a lhes recusar. São acusações que endereçam contra o uso que a Câmara faz de um poder usurpado para espoliar o povo; contra a escandalosa rapacidade do clero que lhes é imposta; contra a tirania organizada, seus bandos de homens de polícia, suas tropas de soldados, seus aprisionamentos arbitrários e a iníqua parcialidade das cortes de justiça; é a comparação que estabelecem entre os salários dos grandes pensionistas do povo, começando pela rainha, e os dos produtores; entre a utilidade social dos primeiros e a dos segundos.”

A petição foi rejeitada pelo Parlamento, pois a classe burguesa no poder não podia admitir o sufrágio universal que recolocava explicitamente em causa sua supremacia, não apenas política como também social.

“Eu me oponho ao sufrágio universal (...). Considero que a civilização repousa sobre a segurança da propriedade (...). É por isso que não podemos, de modo algum, sem correr um terrível perigo, confiar o governo do país a uma classe que, sem dúvida nenhuma, praticaria incursões graves e sistemáticas contra a segurança da propriedade (...). A Petição requer o poder supremo, em todo organismo constituinte do Império. O capital e a propriedade adquiridos devem ser postos aos pés dos trabalhadores. Como duvidar do resultado?” (Discurso de MacCaulay no Parlamento, 1842)

O ano de 1842 foi igualmente marcado, ao longo da primavera e do verão, por um vasto movimento operário, mas este foi em parte desencadeado pela burguesia industrial, efetivamente decidida a obter a abolição das leis sobre os cereais.

“A primavera e o verão transcorreram numa vívida agitação, enquanto a miséria se agravava. A burguesia estava decidida a impor a abolição das leis sobre os cereais, aproveitando-se da crise, da miséria que se seguiu e da excitação geral. Desta vez, agora que os Tories estavam no poder, ela aboliu muito de sua própria legalidade, queria fazer a revolução, mas com os operários. Queria que os operários corressem os riscos por ela e se queimassem para o bem maior da burguesia. Já se havia retomado, de vários lados, a ideia anteriormente lançada pelos cartistas (em 1839) de um “mês sagrado”, de uma paralisação geral do trabalho de todos os operários; mas, desta vez, não eram os operários que queriam fechar as fábricas, mandar os operários para as comunas rurais, para as propriedades da aristocracia, para constranger assim o parlamento Tory e o governo a abolir os direitos de alfândega sobre os cereais. Naturalmente, disso resultaria uma revolta, mas a burguesia permanecia em segurança, na retaguarda, e podia esperar o resultado sem se comprometer no caso de um revés.” (Engels. A Situação da Classe...)

Para fazer os operários descerem às ruas, os capitalistas reduziram os salários e fecharam as fábricas. Mas, contrariamente ao que esperavam, os operários não exigiram a abolição da lei sobre os grãos. Contentaram-se em reivindicar aumentos de salário e, em algumas ocasiões, a Carta.

“Entretanto os operários em revolta não cometeram excessos. Eles haviam sido empurrados a esta revolta sem realmente querê-la; os industriais, completamente contra seus hábitos não estavam contrários a esta paralisação do trabalho (...); a coisa começou sem que os operários tivessem um objetivo preciso. É por isso que todos estavam certamente de acordo para não se deixarem matar pelo bem maior de seus patrões, partidários da abolição das leis sobre os cereais; mas, por outro lado, alguns queriam impor a Carta do Povo, enquanto outros, julgando este empreendimento prematuro, procuravam simplesmente fazer valer as tabelas de salários de 1840”. (Engels, *idem*)

Os próprios cartistas da NCA, reunidos nas conferências de 15-16 de agosto de 1842, não souberam posicionar-se com relação ao movimento. Conscientes das atuações da ACLL e do papel da burguesia no desencadeamento do movimento, recusaram tomar a frente do movimento e, quando muito, votaram uma moção de apoio às greves. Embora certos cartistas julgassem o movimento propício para desencadear uma insurreição geral, nem O’Connor nem mesmo Harney apoiaram esta posição.¹³

A burguesia, por sua vez, atropelada pelos acontecimentos recusou-se a seguir o proletariado no terreno da ilegalidade e rompeu, de fato, a aliança de 15 de fevereiro, alinhando-se com as forças de repressão para quebrar o movimento dos operários.

Sem coluna vertebral, sem cérebro (pois o único órgão que poderia cristalizar a revolta e dela fazer uma revolução recusava-se a desempenhar este papel), o movimento sucumbiu à repressão e depois extinguiu-se.

“Se tivesse sido desde o início uma insurreição operária consciente, determinada, teria realmente tido êxito; mas as massas jogadas nas ruas pelos seus patrões, sem o querer, sem objetivo preciso, nada podiam fazer (...); esta revolta popular, sem objetivos, chocou-se de um só golpe não apenas com as forças militares governamentais, mas, além disso, com toda a classe possuidora. Os operários, que, aliás, não tinham ideia diretriz, separaram-se e a insurreição extinguiu-se pouco a pouco sem graves consequências.”

(...) “No intervalo, a burguesia que não tinha movido um só dedo para concretizar a aliança de 15 de fevereiro, compreendeu muito cedo que os operários se recusavam tornar-se seus instrumentos e que a inconseqüência de ela ter se afastado de seu ponto de vista “legal” colocava-a agora, ela própria, em perigo; ela retornou então à sua antiga legalidade, alinhando-se ao lado do governo contra os operários que ela própria havia os excitado à rebelião e empurrado, em seguida, a se revoltar.” (Engels, *A Situação das Classes...*)

¹³ Quando os cartistas tomaram as rédeas do movimento e fizeram proclamar diante da multidão reunida a *People’s Charter*, já era muito tarde. Os trabalhadores, como de resto os cartistas, aos quais esta ideia pertencia como propriedade particular, fundamentavam-se na única ideia de uma revolução pela via legal – o que é, em si uma contradição, uma impossibilidade prática que não conseguiam realizar. A primeira medida que todos tinham igualmente tomado, parar as fábricas, era já violenta e ilegal.

Visto a inconsistência de todo o empreendimento, ela teria sido reprimida logo no início se a administração, pega desprevenida, não tivesse sido tão indecisa e desprovida de meios. E, entretanto, o mais ínfimo destacamento militar e policial foi suficiente para conter o povo. Em Manchester, viu-se milhares de trabalhadores deixar-se aprisionar nos quarteirões por quatro ou cinco dragões, que ocupavam cada um uma saída. A “revolução legal” impediu tudo. Assim, tudo foi perdido, cada operário retomou seu trabalho uma vez chegado ao fim de suas economias e quando não tinha mais nada para comer.” (Engels, *As Crises Internas, Rheinische Zeitung, 1842*)

A fraqueza do movimento cartista foi de não tomar nota dessa traição, nem estigmatizar a burguesia, com a qual ele precisaria romper imediatamente em bases proletárias. Ao contrário, a aliança foi reforçada e mesmo ampliada à NCA, pois O'Connor descobria repentinamente que entre as *middle-classes* (a burguesia), havia de fato duas camadas: uma próxima da aristocracia e outra próxima do povo, sendo que seria preciso apoiar de fato a segunda. Em agosto, os cartistas votaram em Sturge quando de uma eleição parcial.

O plano dos cartistas, aceitando participar de uma nova conferência da *Complete Suffrage Union*, prevista para dezembro de 1842, era de infiltrar-se no movimento e conduzir a aliança com a burguesia no terreno da Carta, isto é, no terreno do proletariado. Em 29 de outubro, O'Connor e três membros da NCA são eleitos representantes de Birmigham na Conferência. Ora, Sturge tinha pressentido o perigo de ver a conferência passar para o controle cartista. Ele tenta então conduzi-la para um terreno em que não podia estabelecer nenhum compromisso com O'Connor e os cartistas radicais. Preparou um segredo – sem mesmo informar Lovett e os moderados – um *New Bill of Rights*, que ele submeteria à discussão como prévia à abertura da Conferência. Informado, Lovett percebe, como bom centrista, que a única resposta possível de O'Connor seria exigir o reconhecimento da Carta. Na abertura da Conferência, os cartistas, indignados com a proposta de Sturge, protestam contra o fato de discutir um documento do qual não tinham tido conhecimento. Lovett, num esforço de conciliação, pede que a resolução seja retirada e que a Carta seja submetida à discussão.

O'Connor realiza a ruptura declarando que:

“Quando as *middle-classes* quiseram passar o *Bill* de 1832, acharam cômodo e necessário pedir a cooperação das classes operárias. Depois, quando conseguiram atingir seu objetivo, rejeitaram a escada de que se tinham servido para subir e deixaram a grande massa do povo cair por terra. As classes operárias não são mais, a partir de agora, o instrumento de um partido.”

Diante dessa intransigência, os burgueses retiraram-se da sala sem conseguir, entretanto, carregar com eles os cartistas moderados que tinham consciência de terem sido manipulados.

A partir deste momento, não havia mais aliança, mesmo tática, com a burguesia. O partido cartista torna-se um partido operário.¹⁴

“O partido cartista separou-se então, de fato, em dois partidos, cujos princípios políticos declarados concordam perfeitamente, mas que são, no entanto, totalmente diferentes e inconciliáveis. Na Convenção nacional de Birmigham, em janeiro de 1843, Sturge, o representante da burguesia radical, propôs riscar o nome “Carta” dos estatutos da Associação cartista, sob o pretexto de que este nome estaria ligado à causa da insurreição, a lembranças revolucionárias violentas, laços que, de resto, já datavam de longos anos e aos quais o Sr. Sturge não tinha tido até então nada a objetar. Os operários não quiseram abandonar este nome e quando Sturge foi derrotado nos votos, este Quaker que se tinha tornado repentinamente um sujeito leal, saiu da sala em companhia da minoria e fundou uma *Complete Suffrage Association* formada por burgueses radicais. Essas lembranças tornaram-se tão odiosas para esse burguês jacobino de véspera, que ele chegou a transformar a expressão sufrágio universal (*universal suffrage*) nesta locução ridícula: “sufrágio completo” (*complete suffrage*). Os operários riram dele e prosseguiram seu caminho.” (Engels, A Situação da Classe Trabalhadora...)

¹⁴ A evolução do cartismo como partido operário, as consequências da ruptura de 1842 e a retomada do movimento em 1848 serão estudadas posteriormente.

7. Evolução do cartismo até 1848

De certo modo, o movimento cartista na Inglaterra prefigurava e anunciava toda a evolução do movimento operário europeu tal como ela pode ser lida através da revolução de 1848. Num primeiro momento, o movimento da classe proletária se constitui no rastro do movimento da classe burguesa e libera-se durante ele, para acabar colocando seus próprios objetivos e reivindicações, os quais estão em contradição com aqueles apresentados pela classe burguesa. Nessa dialética classe burguesa/classe proletária, os interesses entre as duas frações do movimento podem se encontrar, mas não coincidem: em todos os casos o proletariado possui desde o início seus próprios interesses históricos, distintos dos da burguesia. Mas é preciso toda uma evolução histórica para que esses interesses se liberem e se cristalizem em uma base que nada mais deve à agitação burguesa e que seja puramente proletária. Na França e na Alemanha, essa cisão histórica se efetuou no próprio fogo dos acontecimentos revolucionários, e é por isso que ela imediatamente assumiu a forma de um enfrentamento no terreno de luta, com a polarização das duas forças antagônicas: França, em junho de 1848; Alemanha em março de 1849. Na Inglaterra, pelo fato de o movimento estar mais avançado do que em qualquer outro lugar e por desenrolar-se com uma boa década de antecedência, a decantação produziu-se fora de uma vaga revolucionária mundial e traduziu-se pelo abafamento da ascensão do partido operário frente a uma burguesia capitalista que ainda possuía à sua frente o espaço necessário para o estabelecimento de sua dominação. Nesse sentido, o ano de 1842 marca o apogeu do movimento cartista, seu ponto culminante, consagrando a cisão histórica entre os profundos interesses do campo burguês e os do campo proletário. A partir de 1842, acabou o tempo das alianças e estamos diante de uma situação de enfrentamento puro e simples entre proletariado e burguesia, esta aliada aos proprietários fundiários.

Nessas condições, em relação a seus irmãos do continente, o proletariado inglês se encontra numa situação ao mesmo tempo privilegiada e desfavorável. A área inglesa foi a primeira, a partir dos anos 1820-30, a conhecer o pleno desenvolvimento da fase de submissão real do trabalho ao capital, isto é, as modernas condições de dominação do modo de produção capitalista sobre o conjunto da sociedade. Aliás, esse movimento foi acentuado pela própria luta do proletariado sobre o qual a burguesia se apoiou para romper a influência da aristocracia fundiária e varrer os últimos vestígios das formas de produção anteriores. O proletariado inglês beneficia-se portanto do forte desenvolvimento das forças produtivas, que dele fizeram uma massa importante, majoritária na população, concentrada nas cidades etc. e, portanto, apta a travar o combate sob auspícios mais favoráveis do que nos países do continente (França, Alemanha, sem falar do resto) onde o campesinato e a pequena-burguesia permanecem socialmente ainda muito ativos. Mas, ao mesmo tempo, o que está em jogo para o proletariado inglês é extremamente importante: a revolução comunista, e isso lhe coloca uma responsabilidade enorme em relação a seus irmãos do continente: a de vencer e de destruir a burguesia mais possante do mundo, que controla a nação dominadora de todo o planeta. Durante toda a fase de 1842-48, o duplo caráter afeta a área inglesa: potência do proletariado e importância de suas tarefas, vai caracterizar o desenvolvimento da classe operária inglesa e sua constituição em partido político distinto.

Como vimos anteriormente, o que era preciso entender como “partido cartista” na Inglaterra de 1836 a 1842 era uma organização que parecia unificar os interesses divergentes da

burguesia industrial, da pequena-burguesia democrata e do proletariado. No limite, a reivindicação de uma mesma carta do povo (que consistia essencialmente na reivindicação do sufrágio universal) significava consequências completamente opostas: colocação de um governo burguês para a burguesia industrial, governo operário para o proletariado.

"A carta é um documento bastante lacônico; ao lado da reivindicação do sufrágio universal, ela contém os cinco pontos seguintes, que são ao mesmo tempo condições para seu exercício: (1) voto em dois turnos; (2) nenhuma exigência de propriedade para os membros do Parlamento; (3) remuneração dos membros do Parlamento; (4) Parlamntos anuais; (5) circunscrições eleitorais iguais. Depois das experiências que destruíram a fé no sufrágio universal em 1848 na França, os habitantes do continente são levados a subestimar a importância e o significado da Carta inglesa. Eles superestimam o fato de que dois terços da sociedade francesa são camponeses e um terço mora nas cidades, enquanto que na Inglaterra mais de dois terços estão nas cidades e menos de um terço no campo. Na Inglaterra, os resultados do sufrágio universal devem estar exatamente na proporção inversa daqueles da França, assim como o são a cidade e o campo nos dois Impérios. Isso explica o caráter diametralmente oposto que a reivindicação do sufrágio universal assumiu na França e na Inglaterra. Na França, era uma reivindicação feita por ideólogos políticos, da qual qualquer pessoa "educada" poderia compartilhar de uma forma mais ou menos ampla segundo suas convicções. Na Inglaterra, ela forma a fronteira entre a aristocracia e a burguesia de um lado, e as classes do povo de outro. Lá, ela é vista como uma questão política, aqui como uma questão social. Na Inglaterra, a agitação pelo sufrágio universal passou por um período de desenvolvimento histórico antes de tornar-se a palavra de ordem das massas. Na França, ela foi primeiro introduzida e depois iniciou seu percurso histórico. Na França, é a prática do sufrágio universal que fracassou, na Inglaterra foi sua ideologia. (...) Na Inglaterra, a reivindicação do sufrágio universal não assumiu seu verdadeiro caráter antes de 1838. Prova disso é que Hume e O'Connell estavam entre aqueles que assinaram a Carta. Em 1842, as últimas ilusões haviam desaparecido. Nessa época, Lovett fez uma última, porém fútil, tentativa para formular o sufrágio universal como uma reivindicação comum dos supostos radicais e das massas do povo. Daquele dia em diante, não houve mais dúvida quanto ao significado do sufrágio universal. Nem quanto ao seu nome. É a Carta das classes populares e ela implica a tomada do poder político como meio de satisfazer suas reivindicações sociais. É por isso que o sufrágio universal, palavra de ordem de fraternização geral na França de 1848, é tomado como um "slogan" de guerra na Inglaterra. Na primeira, o conteúdo imediato da revolução era o sufrágio universal; aqui, o conteúdo imediato do sufrágio universal é a revolução. Aquele que estuda a história do sufrágio universal na Inglaterra verá que ele se despoja de suas características idealistas à medida em que a sociedade se desenvolve, com suas infundáveis contradições nascidas do progresso industrial." (Marx – Neue Oder Zeitung – 8/6/1855)

A partir de 1842, as posições estão delimitadas e não há mais um partido apenas, mas dois: o partido da contrarrevolução (burguesia e proprietários fundiários) e o partido da revolução (proletariado). A pequena-burguesia situa-se, como sempre, quando a situação social está polarizada, entre ambos. Ora, a herança do cartismo, mesmo na sua parte democrática, está do lado do proletariado, única classe que ainda pode reivindicar, depois de 1842, o partido cartista. Primeiro, porque desde o início foi ele quem forneceu os contingentes de todas as batalhas políticas; depois, porque para ele a Carta (sufrágio universal) constituía apenas um

meio para a satisfação de reivindicações sociais que permanecem, mesmo (e sobretudo) quando a burguesia abandonou o combate uma vez tendo suas reivindicações políticas satisfeitas; e, finalmente, porque o proletariado precisa, para combatê-la, realizar a democracia, e que na história sempre foi ele que levou às últimas consequências as reivindicações democráticas que a burguesia não ousava desenvolver por medo de chegar a questionar a sua própria dominação. A seguir, veremos como o proletariado, nas condições particulares daquela época, na Inglaterra, utiliza a forma democrática para satisfazer o conteúdo proletário de suas reivindicações.

Uma das consequências da cisão de 1842 é que, a partir de então, o movimento proletário aparece como uma força autônoma, entretanto mais fraca (já que privada de seus aliados burgueses e de suas caixas de ressonância parlamentares, jornalísticas, políticas financeiras, etc...) do que era anteriormente o partido cartista. Como, ao mesmo tempo, só o campo proletário reivindica a partir desse momento a herança cartista, isso permite aos historiadores burgueses (notadamente para o proudhoniano E. Dolléas, autor de uma história monumental, embora piegas, do movimento cartista) pretender que, a partir de 1842, o movimento cartista está em plena decomposição e não consegue reencontrar seu esplendor de outrora. Ora, o que o cartismo perdeu em extensão a partir de 1842 (devido à defecção de seus aliados burgueses), ganhou em profundidade.

Prova disso é a recomposição, após o fracasso da segunda petição em 1842, do cartismo, imediatamente como componente do movimento operário internacional que se restabelece em escala europeia nos anos 1844-48. É a partir da componente proletário do movimento cartista inglês que se constitui, em 1844, em Londres, os *Fraternal Democrats*, organização que reagrupa os operários revolucionários dos principais países capitalistas (GB, França, Bélgica, Alemanha) sob a iniciativa do cartista Harney, que considera necessário que:

"Os democratas ingleses estejam a par do papel que é desempenhado por seus irmãos de classe nos diferentes cenários do mundo político."

Marx e Engels participam dos *Fraternal Democrats*. Em Manchester, Engels escreve na imprensa cartista sobre os movimentos no continente, supondo que os cartistas ingleses não conhecem suficientemente a realidade desses movimentos. Inversamente, ele remete à imprensa revolucionária alemã artigos sobre a Inglaterra, que compõem sua obra: "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra."

Ao mesmo tempo, na medida em que se tornava um partido puramente operário, o partido cartista era obrigado a familiarizar-se com a política externa da burguesia de seu próprio país (uma das primeiras declarações da AIT em 1864 será a de mostrar que o proletariado deve opor sua própria política externa – internacionalismo, derrotismo revolucionário – à política externa da burguesia). Ora, a Inglaterra, guardiã da ordem capitalista no conjunto do globo, não hesitava em aliar-se com os piores regimes reacionários (absolutismo austríaco, czarismo russo), para fazer triunfar seus interesses e impedir qualquer eclosão de forças concorrentes (ou seja, para ela, revolucionárias burguesas) no continente. Foi assim que o governo inglês denunciou o revolucionário burguês italiano Mazzini ao governo austríaco. Analogamente, o czar era recebido em Londres com todas as honras. Os democratas ingleses, proletariado à frente, precisavam protestar contra tais fatos e, ao mesmo tempo, manifestavam sua solidariedade com os poloneses exilados em Londres e com o povo polonês em geral, que constituía em toda a Europa uma pedra de toque do movimento revolucionário.

Encontramos, aliás, sobre essa questão internacional, o antagonismo com a corrente reformista de Lovett, que tentou criar uma associação concorrente, os *Democratic Fiends of All Nations* (Os Amigos Democráticos de Todas as Nações), mas que se situava sobre uma base não-revolucionária e não teve nenhum sucesso.

Inversamente, Harney e o Northern Star procuravam tecer ligações com as autênticas frações revolucionárias dos diferentes países: a Sociedade Democrática polonesa, a sociedade democrática alemã (1845). Em julho de 1845, recebem a visita de Marx e Engels em Londres e, em agosto, realizam uma série de discussões com os líderes da Liga dos Justos e de sociedade revolucionárias de outros países. É no decorrer de uma dessas discussões que Engels sugere fundar uma sociedade de democratas de todos os países com o objetivo de promover a informação mútua sobre os movimentos revolucionários. Essa proposta foi seguida, em 22 de setembro de 1845, de um banquete reunindo representantes ingleses, franceses, alemães, italianos, espanhóis, poloneses, suíços e húngaros, para celebrar o primeiro aniversário da república francesa. Durante essa reunião, Engels precisou as relações entre comunismo e democracia.

"A democracia de nosso tempo é o comunismo. Outro tipo de democracia só pode existir no cérebro de teóricos visionários, que não se ocupam dos acontecimentos reais e segundo os quais não são os homens e as circunstâncias que produzem os princípios, mas são os princípios que se desenvolvem por si mesmos (alusão aos socialistas pequeno-burgueses alemães criticados na "Sagrada Família" – NdR). A democracia tornou-se um princípio proletário, um princípio das massas. As massas podem ter uma consciência mais ou menos clara do que significa a democracia, mas todas têm pelo menos o obscuro sentimento da igualdade dos direitos sociais na democracia. As massas democráticas podem ser tranquilamente incluídas no conjunto das forças que combatem pelo comunismo. E se os partidos proletários de diversas nações se unem, têm todo o direito de inscreverem sobre sua bandeira a palavra "democracia", porque em 1846 todos os democratas europeus, salvo algumas exceções, são mais ou menos claramente comunistas." (Engels – A festa das nações em Londres)

De resto, as intervenções de Harney e de Weitling no decorrer do banquete exaltavam a fase social da revolução francesa, insistindo sobre as tentativas das massas plebeias e dos primeiros comunistas como Baboeuf de tentar ultrapassar o processo revolucionário burguês num sentido proletário, tarefa ainda amplamente na ordem do dia no continente europeu em 1846.

No ano de 1846, a atividade internacional dos *Fraternal Democrats* desenvolveu-se sobretudo sobre a Polônia.

A associação democrática de Bruxelas, fundada em setembro de 1847 e que elege Marx como presidente, é um ramo dos *Fraternal Democrats* (F.D). Em fins de dezembro de 1847, Engels é o representante dos F.D. em Paris. Assim, em relação à Liga dos Comunistas, fundada em junho de 1847 e que reivindica exclusivamente os princípios comunistas proletários, os F.D. constituem um meio operário mais amplo no qual os comunistas intervêm na esperança de assistir a uma recomposição do movimento em escala internacional, antes de nele trabalharem para fazerem triunfar seus princípios.

A partir dos anos 1847-48, a renovação do movimento cartista (proletário) na Inglaterra só pode ser compreendida em relação à ascensão das lutas que ocorrem em nível europeu e à situação de crise econômica generalizada que se estende em toda a Europa. Na perspectiva da revolução internacional de 1848, já assinalamos várias vezes que o papel da Inglaterra e do movimento operário inglês era fundamental. No continente, o movimento operário ainda teria de livrar-se inteiramente da influência burguesa e constituir-se sobre suas próprias bases; ao mesmo tempo, ele chocava-se contra uma base econômica e social atrasada, que constituía um possante fator contrarrevolucionário. Nessa perspectiva, a manutenção da Inglaterra enquanto rochedo no qual vêm se chocar todas as iniciativas revolucionárias vindas do continente, ou sua derrubada pelo próprio proletariado inglês, tornava-se a pedra de toque de todo o movimento revolucionário de 1848. A Inglaterra burguesa, aliada ao czarismo russo, constituía a mais sólida fortaleza da reação em escala mundial. Donde, como dissemos, a enorme responsabilidade do proletariado inglês. Este mostrava-se absolutamente consciente do caráter universal de sua tarefa, como evidencia esta resolução dos F.D. em apoio à agitação cartista de 1847:

“Considerando que o povo inglês não poderá apoiar com eficácia a luta da democracia em outros países enquanto ele não tiver conquistado para si mesmo o governo da democracia; que é dever de nossa sociedade (os F.D. – NdR) fundada para sustentar a democracia militante de todos os países, unir-se aos esforços dos democratas ingleses para obter uma reforma eleitoral com base na Carta; a sociedade dos *Fraternal Democrats* compromete-se em apoiar com todas as suas forças a agitação pela carta do povo.”

Em 1847, as palavras “Carta do povo”, “sufrágio universal”, “democracia” não significam mais o mesmo do que no início do cartismo nos anos 1830. Doravante, a forma democrática da reivindicação abrigava um conteúdo puramente proletário. O sentido da recomposição do movimento cartista em 1847-48 era a partir de então o de uma batalha de classes travada diretamente entre o proletariado e a burguesia no poder. É por isso que se apelou, como apoio às reivindicações dos direitos democráticos, à total mobilização da classe proletária para constituir uma “pressão do exterior” visando fazer reconhecer a aspiração da classe operária ao poder político.

“Daqui alguns dias, reunir-se-á uma assembleia que, diante do povo, ousa proclamar-se como a assembleia dos Comunas da Inglaterra. Daqui alguns dias, essa assembleia, eleita por uma única classe da sociedade, começará seus trabalhos iníquos e odiosos para reforçar, em detrimento do povo, os interesses desta classe. É preciso que o povo proteste em massa, desde o início, contra o exercício das funções legislativas desempenhadas por essa assembleia. Vocês, cartistas do Reino-Unido, têm os meios de fazê-lo: é seu dever saber utilizá-los. Nós vos submeteremos, portanto, uma nova petição nacional pela carta do povo: cubram-na com milhões de assinaturas; façam com que possamos apresentá-las como a expressão da vontade nacional, como o solene protesto do povo contra toda lei decretada sem seu consentimento, como um *Bill* pela restituição da soberania nacional arrancada ao povo há séculos.

Mas, por si só a petição não pode ser suficiente às exigências do momento. É certo que conquistamos uma cadeira nas legislativas para O'Connor. Os deputados democratas nele encontrarão um chefe vigilante e cheio de vigor. Mas é preciso que O'Connor encontre apoio na pressão do exterior, e esta pressão do exterior, esta opinião pública forte e possante são vocês que devem criá-la. Que as seções de nossa associação se

reorganizem em todo lugar; que todos os antigos membros voltem às nossas fileiras; que se convoquem assembleias em todo lugar; que a discussão da carta seja colocada na ordem do dia em todo lugar; que todas as organizações locais imponham contribuições para aumentar nossos fundos. Sejam ativos, deem provas da velha energia inglesa, e a campanha que agora começa será a mais gloriosa que jamais tenhamos empreendido para a vitória da democracia.” (Comitê executivo da *National Charter Association* – NCA. Citado por Engels em “O movimento cartista”. A Reforma – 22/11/1847)

O que se preparava portanto no final de 1847 era uma prova de força entre o poder burguês, encarnado na Assembleia legislativa, e o proletariado agrupado sob a bandeira do cartismo. Se esse combate podia desenrolar-se de uma forma democrática, e até pacífica (o que não excluía absolutamente, ao contrário, a mobilização e o armamento do proletariado), é que a Inglaterra de então ainda não havia desenvolvido ao máximo as características do capitalismo que se torna cada vez mais totalitário à medida em que se completa sua dominação sobre a sociedade: o militarismo e a burocracia. Isso, somado à supremacia numérica do proletariado na sociedade inglesa, poderia ter permitido ao proletariado vencer sem precisar recorrer à violência cinética, contentando-se em exibir, através de manifestações, agrupamentos armados, etc., a potência de sua violência potencial. Ocorre que Marx também previa que a burguesia não se deixaria forçosamente despossuir com tanta facilidade de seus privilégios e que, caso ela viesse a se lançar com os proprietários fundiários numa “revolta escravagista” (Marx), o proletariado não poderia fazer economia de uma guerra civil. Como sempre, pacifistas reformistas e revolucionaristas pequeno-burgueses juntam-se para desfigurar a tática defendida pelo partido comunista, uns louvando a ausência de violência, sem ver que o movimento só se apoia na força das massas armadas (tática sobre a qual Lênin meditará para empregá-la em 1917), outros indignando-se, como idealistas que são, do emprego de métodos formalmente pacíficos, sem ver também o que estes contêm violência potencial.

Desde o início de 1848, as repercussões da revolução de fevereiro na França se fazem sentir na Inglaterra, acarretando manifestações (no dia 6 de março, em Glasgow, aos gritos de “pão ou revolução”) e acelerando o movimento de recomposição do cartismo. Harney, Jones e a NCA organizam numerosas assembleias pró-franceses (isto é, pró-republicanos). Eles são enviados em delegação a Paris onde encontram-se com o governo provisório, e são portadores de um comunicado do Comitê executivo da NCA ao povo de Paris. É nessa atmosfera de revolução internacional em escala europeia (depois de Paris, Viena, Berlin, Polônia e Itália começaram a se agitar) que se prepara a grande convenção cartista de 1848. Todavia, diferentemente do que ocorre no continente, o movimento proletário inglês não pode buscar apoio em um vasto movimento social que coloca em ação todas as classes da sociedade. Essa oportunidade histórica já tinha ocorrido na Inglaterra nos anos 1836-42 e foi precisamente ela que permitiu a autonomização do proletariado enquanto força histórica própria, assim como sua constituição em partido operário. Temos assim uma situação histórica em que as relações entre as classes estão mais ou menos cristalizadas na Grã-Bretanha, com exceção notória da Irlanda, onde a agitação que se seguiu à terrível fome de 1847 contribuiu para relançar o movimento de 1848. É provável que, nessas condições, para abordar a luta em 1848 na nova situação que encontrava à sua frente, o partido cartista devesse ter modificado a tática empregada em 1839 e em 1842. Salientamos que, nos fatos, não se tratava mais do mesmo partido e que as reivindicações que ele apresentava não tinham mais o mesmo significado. Mas, ao mesmo tempo, essa ruptura reconhecida pelos próprios líderes cartistas e por Engels não foi sancionada, oficializada. Assim é que, embora sendo operário, republicano e colocando como reivindicação a emancipação do proletariado por ele mesmo, o partido

conserva seu antigo nome de “cartista”, isto é, o emblema da carta e coloca-se assim sob a bandeira única do sufrágio universal. Do mesmo modo, no início de 1848, o partido prepara-se para renovar pela terceira vez a tática da petição.

Apoiados pela reunião de uma Convenção operária, os cartistas preveem enviar ao Parlamento uma petição exigindo a aplicação da Carta do Povo, cuja obtenção foi recolocada na ordem do dia pelo movimento que se desenvolve na maioria das cidades inglesas. Claro que a “solicitação” ao Parlamento é mais uma vez compreendida como uma gigantesca “pressão do exterior”, a qual deve demonstrar a potência do proletariado e obrigar a burguesia a remeter-lhe os instrumentos de seu próprio destino.

“Acredito conscientemente que o povo está pronto para reivindicar a Carta; então, eu digo: tomem-na. Nós respeitaremos as leis se os fazedores das leis nos respeitarem. Caso contrário, a França está em República!” (Declaração de Jones).

A Convenção reúne-se em Londres no dia 4 de abril de 1848. Dentre os líderes cartistas estão apenas O'Connor e Harney que fazem parte da geração de 1839. O resto é formado por novas gerações revolucionárias. Sob aparências revolucionárias, Feargus O'Connor assume uma atitude praticamente conciliadora, mostrando que a tática adotada pelos cartistas não soube abrir espaço para a ofensiva, uma vez que ele recua por antecipação.

“Caso a petição seja rejeitada, recomendo assembleias simultâneas nas diferentes partes do país, um comunicado à Rainha para solicitar a demissão de seus ministros e a entrada no seu conselho de homens que farão da carta uma *questão de gabinete*.” (Discurso de F. O'Connor. Grifado por nós – NdR)

Do mesmo modo, o comitê executivo da NCA propõe que em caso de rejeição da petição, haja um pedido à rainha para dissolver o Parlamento e compor um ministério apto para discutir a Carta. Somente a ala esquerda estima que uma rejeição da petição seria uma declaração de guerra e que, neste caso, o proletariado deveria colocar-se em condições de assumir o poder.

“Caso a petição seja rejeitada, a Convenção se declarará permanente e proclamará a carta como a lei do país”. (Moção de Reynolds, apoiada por Cuffay)

Finalmente, uma posição intermediária é adotada sob pressão de Jones e de Harney, cheia de ilusão de que possa ser possível “colocar como erradas” a monarquia e a burguesia, forçando-as a recusar uma petição que, mais tarde, seria adotada por uma Convenção popular reunida permanentemente.

“Caso a petição seja rejeitada, as assembleias simultâneas do povo adotarão um memorial para pedir à rainha a dissolução do Parlamento e a demissão de seus ministros. Essas assembleias simultâneas elegerão delegados para uma nova Convenção, tendo como instrução a de permanecerem presentes enquanto a carta não for a lei do país. A presente Convenção continuará até a reunião da Assembleia Nacional. Penso que é necessário enviar um memorial à Rainha, não porque espero seu consentimento, mas porque a história não deve jamais ter pretexto para dizer que os cartistas tomaram com sangue aquilo que poderiam ter obtido pacificamente. Esse memorial nos dará tempo para nos organizarmos melhor, ele provará nossa moderação e

a terceira etapa provará que somos bravos. Enquanto agirmos na capital, as províncias realizarão eleições.” (Discurso de Jones)

Ora, não apenas a burguesia inglesa não tinha nenhuma intenção de suicidar-se, dando assim o direito de voto (isto é, a Carta) aos operários, mas ela possuía inclusive uma firme vontade de matar no embrião qualquer ressurreição do movimento cartista sob sua forma operária. A manifestação prevista para 10 de abril de 1848, que deveria acompanhar os peticionários até o parlamento, foi declarada ilegal e meios excepcionais de proteção militar foram organizados, o que mostra, contrariamente ao que alegam alguns historiadores burgueses, os temores que o proletariado suscitava, sobretudo no contexto revolucionário internacional.

“A revolução francesa de 1848 salvou a burguesia inglesa. As proclamações socialistas dos operários franceses vitoriosos assustaram a pequena-burguesia inglesa e desorganizaram o movimento dos operários ingleses que se desenvolvia num quadro mais estreito, porém mais diretamente prático. No mesmo momento em que o cartismo devia mostrar todo seu vigor ele naufragou internamente, antes de naufragar externamente em 10 de abril de 1848. A atividade política da classe operária foi relegada a segundo plano. A classe capitalista havia vencido integralmente.” (Engels – Prefácio à edição alemã de 1892 da Situação da classe trabalhadora na Inglaterra)

A direção das operações de repressão foi atribuída ao velho herói nacional, o duque de Wellington, regimentos de cavalaria e de infantaria foram enviados a Londres. A *Yeomanry* (espécie de guarda nacional, de origem rural) foi mobilizada. Baterias de canhões foram posicionadas para proteger Londres, as docas foram militarizadas. Oito mil *constables* (policiais) especiais foram armados e todo tipo de arma foi distribuído – até facas – aos funcionários para proteger os edifícios do Banco da Inglaterra, da Casa da Moeda e do escritório da Alfândega. Segundo o “Times” da época, havia no mínimo 200.000 homens em armas mobilizados para defender o Estado.

Frente a todos esses preparativos, a Convenção só soube adotar medidas puramente defensivas, como por exemplo prever a substituição dos delegados que seriam presos; e quando o cortejo foi bloqueado pela tropa, nada restava a não ser dissolver a manifestação.

O movimento cartista que, em 1848, possui um caráter puramente proletário, não soube erigir uma tática adequada a essa nova realidade. Ele perseguiu do mesmo modo a antiga atividade cartista (petição pela Carta, convenções, discursos, etc...), sem colocá-la em acordo com o conteúdo proletário do movimento. É provável que o movimento devesse ter acentuado sua propaganda social e traçar as grandes linhas de um programa a partir do qual teria mobilizado as massas proletárias. O cartismo foi incapaz de ligar-se com os sindicatos (*Trade-Unions*) que, por seu lado, jamais procuraram francamente ligar-se à ação política dos cartistas. É provável que o movimento devesse ter procurado ligar-se bem mais firmemente ao movimento revolucionário no continente e esperar ser reforçado antes de se lançar na ação de 10 de abril, “intempestiva e mal preparada” – segundo Engels – e que tinha o defeito de tudo fazer para a obtenção de um programa político na falta de ter colocado um programa revolucionário social e econômico.

Por outro lado, enquanto – conforme previa o partido comunista na época – a generalização do fenômeno revolucionário em escala internacional e seu eventual desdobramento em uma guerra revolucionária opondo os operários europeus à Inglaterra e à Rússia aliadas deveria ter

colocado o cartismo no primeiro plano do movimento revolucionário europeu, sua derrota prematura reforçava ainda mais a burguesia inglesa, fortaleza da contrarrevolução mundial.

Após a derrota de 1848, produziu-se uma evolução no seio do cartismo, acentuando ainda mais seu caráter operário e favorecendo sua inserção no seio do movimento operário internacional. Durante o verão de 1848, Feargus O'Conoor traiu definitivamente o movimento, juntando-se à fileiras da burguesia.

Por outro lado, um chefe cartista como Jones procurava reorganizar o cartismo a partir de uma nova base, ligando a questão do poder político à da revolução social. Infelizmente, Jones foi preso junto com outros líderes que procuravam organizar uma conspiração armada para criar uma confederação com a Irlanda.

De 1848 a 1850, foi sobretudo Harney que manteve uma política mais consequente para tirar as lições do movimento cartista, voltando-se abertamente para o comunismo e pregando a revolução social. Junto com Jones, liberado em 1850, editam um jornal – “O republicano vermelho” (*Red Republican*), entre junho e novembro de 1850 – no qual será publicada uma tradução inglesa do Manifesto do Partido Comunista, sem todavia abandonar a etiqueta cartista.

“O cartismo em 1850 é a causa do verdadeiro povo da Inglaterra; é a causa dos produtores, e a batalha desta classe escrava é a que conduzimos, mas ela deve ser conduzida sob a bandeira vermelha, porque é o símbolo de uma nova época, “o estandarte do futuro”. A tarefa que nos cabe atualmente é juntar nossos irmãos proletários em massa em torno dessa bandeira, por meio de uma propaganda democrática e social e da agitação pela “carta e por algo mais” (*the charter and something more...*)”.

8. A questão democrática

Com o episódio do cartismo inglês, coloca-se a questão das relações entre o comunismo e a democracia. Citamos acima essa frase de Engels: “A democracia de nossa época é o comunismo”. Isso não significa que a democracia seja idêntica ao comunismo ou que este seja de essência democrática, mas que, no limite, no movimento de instalação da sociedade burguesa e das formas políticas que ela coloca, o partido comunista é o que leva às suas mais extremas consequências a reivindicação da democracia. A classe burguesa, para quem a democracia é essencial e cuja ideologia não pode ultrapassar os limites da democracia, hesita ao mesmo tempo em instaurá-la plenamente, porque, a instauração da democracia significa o livre jogo do enfrentamento de classes, liberando forças que sentenciam a morte da dominação burguesa. Isso é particularmente claro na revolução dupla, quando o proletariado deve levar até o fim o processo revolucionário (revolução em permanência), até preparar o terreno para o enfrentamento histórico decisivo entre classe proletária e classe burguesa.

A democracia é inerente em seu princípio às sociedades de classe e, particularmente à sociedade burguesa, pois nesta o reino da troca é generalizado; ao mesmo tempo, quanto mais estabelecidas são as relações entre as classes, mais a realização da democracia sob certos aspectos é entravada. Nesse sentido, é com o comunismo que ela recebe sua realização completa, que é ao mesmo tempo o prelúdio de sua negação. Com efeito, quando a democracia está realizada, isto é, quando cada indivíduo trabalhando produtivamente recebe pelo pró-rata do tempo de trabalho fornecido o necessário para satisfazer seu consumo, a sociedade ainda está justamente submetida ao direito burguês, como assinalava a crítica do programa de Gotha. Nesse sentido, a “conquista da democracia” de que fala o Manifesto não constitui para o comunismo um resultado, mas ela é necessária na primeira fase da sociedade comunista para poder ser abolida na fase superior.

O momento histórico da revolução dupla pode ser assimilado ao da passagem da fase de submissão formal à fase de submissão real do trabalho ao capital. Todavia, as formas políticas adequadas à fase de submissão real não são dadas de início pelo simples jogo das forças materiais da sociedade; é frequentemente necessário um ato voluntário de uma parte desta (da burguesia, ou de uma fração desta, ou quando esta inexistente, da pequena-burguesia) para completar a dominação do Estado e permitir simultaneamente que a metamorfose do capital se realize na sua totalidade.

Em todas as nações europeias capitalistas desenvolvidas, a curva de vida do MPC desenvolveu-se mais ou menos da mesma maneira: impulsos anti-feudais, revolução burguesa que colocou no poder pelo menos uma parte da burguesia, desenvolvimento do capital apoiando-se no Estado, reivindicação das frações ou classes frustradas do poder, nova agitação ou revolução até o estabelecimento do Estado capitalista moderno.

Nessa perspectiva, o direito de voto constituiu por muito tempo para o proletariado um tema de agitação e um meio de ação política. Na Inglaterra, onde mesmo nos anos 1830 a questão não se coloca mais em termos de “revolução dupla” (estamos no início da fase de submissão real e é efetivamente a burguesia que possui o poder, ainda que sob a máscara da aristocracia, pois este é o compromisso acertado entre as duas classes) e o Estado ainda não atingiu sua forma definitiva, a burguesia depara-se com o seguinte dilema: a realização da democracia

política, a outorga do sufrágio universal, significa simultaneamente a perda de sua dominação enquanto classe, pois o proletariado poderá apoderar-se deste direito democrático para fazer prevalecer seus interesses revolucionários (não se trata para ele de reivindicar o direito de voto como objetivo, mas como meio para tomar o poder e satisfazer suas reivindicações sociais). É significativo que o direito ao sufrágio universal irá ampliando-se pouco a pouco durante o século XIX, à medida em que a evolução do MPC permitirá acorrentar uma massa maior de proletários e atá-los com correntes douradas, fazendo-os momentaneamente perder de vista seus interesses revolucionários. Assim, se no início a reivindicação da democracia política faz a burguesia temer a concessão da democracia social, é quando o MPC é capaz de satisfazer esta última (com o desenvolvimento da fase real) que ele concede plenamente a democracia política. Em todos os países europeus – sem falar dos Estados Unidos onde o proletariado negro ficou em grande parte privado do direito de voto até os anos 1960¹⁵ - o direito de voto só foi concedido quando se teve certeza de que o proletariado não faria dele um uso revolucionário. É por isso que o fenômeno reformista e revisionista no seio do movimento proletário, se ele se alimentou do eleitoralismo e do parlamentarismo, também foi sua condição. Jamais a burguesia concedeu o direito de voto em condições onde sua obtenção ameaçava realmente seu poder.

A democracia burguesa é o único regime político na história que implica e exige a “representação” de todas as classes da sociedade, inclusive da classe explorada. O termo “representação”, na medida em que também implica uma delegação de poder, é perfeitamente característico do funcionamento democrático. Nesse sentido, a expressão política que o proletariado se dá através do seu partido comunista não é um mecanismo de “representação”. O partido exprime o ser revolucionário do proletariado. Por outro lado, podemos dizer dos falsos partidos operários atuais (os PCs, PSs, etc.¹⁶) que eles constituem a “representação” atual (burguesa) da classe operária no seio do sistema democrático vigente. A democracia antiga excluía deliberadamente a classe produtiva - os escravos - do funcionamento político; era uma “democracia de proprietários”. Numa primeira fase, a democracia burguesa viveu da mesma maneira até compreender (após inúmeras lutas da classe explorada) que era de seu interesse transferir o local de expressão política do proletariado da rua para o parlamento e que era tempo de até mesmo os operários terem seus “representantes”. É este o sentido da extensão progressiva do direito de voto do século XIX, e é na Inglaterra que o debate entre frações avançadas e frações tradicionais da burguesia desenrolou-se do modo mais nítido. O político conservador burguês Disraeli fez adotar em 1867 uma lei que concedia o direito de voto aos operários, argumentando que estes não saberiam tirar proveito disso para ir contra os interesses de seu país e que sua integração crescente à sociedade afastava-os das perspectivas revolucionárias. Assim, dialeticamente, o comunismo obrigou a burguesia a tender em realizar a democracia. Para derrotá-lo, realizou-se uma democracia social apoiada na superexploração do proletariado e na tentativa de negar os antagonismos de classes,

¹⁵ Se a burguesia da África do Sul de hoje – mesmo nos seus componentes anglófilos supostamente “esclarecidos” – não concede o direito de voto aos negros, é que ela sabe que, dadas as relações demográficas, ela seria varrida. Nesse sentido, erguendo o véu racista que oculta atualmente a luta das classes na África do Sul e deixando frente a frente proletários e capitalistas negros e brancos, a obtenção do direito de voto para as massas negras teria um reflexo revolucionário certo. Assim, aplica-se novamente, no outro extremo do planeta, a frase que Marx dedicava aos escravos negros americanos do século passado: “O trabalho sob pela branca só pode emancipar-se onde o trabalho sob pele negra é estigmatizado e massacrado”. (O Capital, Livro I, cap. 3)

¹⁶ (Nota de 2017). No Brasil, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é um exemplo típico de um “partido operário burguês” (cf. Engels na sua carta a Sorge de 14 de setembro de 1891). Para detalhes do papel do PT como representação burguesa do proletariado para levar adiante o desenvolvimento da democracia no país no estrito quadro do direito burguês, conferir nosso texto *A situação política no Brasil*, escrito no final do primeiro semestre de 2016 e disponível tanto no nosso blog - defesadomarxismo.wordpress.com - como no nosso site – robingoodfellow.info.

procedendo-se a uma “redistribuição” do produto social e a uma “harmonização” das condições de vida.

Não é, portanto, indiferente para os comunistas estudar como evoluem e se comportam os partidos que se dizem operários, na medida em que estes têm como tarefa na sociedade “representar”, nos sentido que enunciamos, a classe operária.

A “apologia” que Marx e Engels fazem aqui da democracia burguesa deriva da mesma lógica que o elogio à burguesia em geral que abre o “Manifesto do Partido Comunista”. A dialética histórica exige que, para poder ser negado, o capital e suas formas políticas sejam primeiro desenvolvidas, realizadas e, se necessário, o proletariado deve atrelar-se à tarefa de forçá-lo a isso. Mas, ao mesmo tempo, nos anos 1840, o comunismo livra-se à mais severa crítica da democracia:

“A democracia é uma contradição em termos, uma mentira e, no fundo, uma mera hipocrisia (uma teologia, como diriam os alemães). E isso vale, a meu ver, para todas as formas de governo. A liberdade política é um simulacro e a pior escravidão possível; essa liberdade fictícia é a pior servidão. O mesmo ocorre com a igualdade política: é por isso que é preciso reduzir a democracia a migalhas, assim como qualquer outra forma de governo. Essa forma hipócrita não deve subsistir. A contradição que ela contém deve aparecer à luz do dia: ou uma verdadeira escravidão, e isto significa um despotismo não dissimulado, ou uma autêntica liberdade e uma autêntica igualdade, e isso significa o comunismo”. (Engels – Progresso da reforma social no continente – 1847)

É por isso que, para forçar a realização dessa contradição, os comunistas defenderam a obtenção da democracia completa e dos direitos políticos que a acompanham, Mas, para imediatamente clamar pela destruição dessa democracia, que é um engana-trouxa. Nessa perspectiva, a questão do direito de voto é em si mesma uma questão tática¹⁷: trata-se de saber se se pode utilizar o parlamento burguês numa perspectiva revolucionária proletária. Se essa perspectiva de parlamentarismo revolucionário era válida precisamente enquanto a democracia ainda não estava assentada e a palavra de ordem do sufrágio universal podia acompanhar ou apoiar grandes lutas sociais, o mesmo não ocorre a partir do momento em que a democracia burguesa, apoiando-se no reformismo, soube fazer do direito de voto e do parlamentarismo instrumentos de conservação social, esvaziando-os de seu conteúdo revolucionário (no sentido burguês). Desde o final do século XIX e o início do século XX – e esta é uma lição que apenas a Esquerda Comunista da Itália soube tirar claramente da derrocada da Segunda Internacional – a tática parlamentar merecia ser reconsiderada pelo menos no que se refere à Europa Ocidental. Lá, graças a golpes de repressão contra a classe operária, a golpes de burocracia, de militarismo, a golpes de liberdade outorgada sob a condição de não ser utilizada, a democracia burguesa havia demonstrado há muito tempo seu caráter ignominioso e que, depois dela, deveria vir, segundo as palavras de Engels, ou o verdadeiro despotismo (que adveio sob a forma de fascismo na Itália e na Alemanha), ou então o comunismo.

¹⁷ Diferentemente dos anarquistas para quem a recusa do voto deriva de uma questão de princípios e não leva absolutamente em conta os diferentes momentos da dialética histórica.